

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

CATARINA BULLENTINI VIEIRA

E a branquitude com isso?

Relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais lésbicos e sapatões: construções e desconstruções

SÃO PAULO

2025

CATARINA BULLENTINI VIEIRA

E a branquitude com isso?

Relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais lésbicos e sapatões: construções e desconstruções

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Jr.

SÃO PAULO

2025

AGRADECIMENTOS

À Exu e Pombagira, que me acompanham permitindo trocas e caminhos abertos, que me dão força e sentido para seguir, que me colocam no meu lugar e me ensinam a caminhar, sabendo que sempre haverá uma nova possibilidade ao retornar para a encruzilhada. Laroyê!

Aos meus pais, Rita Bullentini e Adriano Vieira e as suas respectivas esposas, Regina Cordeiro e Roberta Bancala, que desde o início da graduação me incentivaram e viabilizaram meus estudos. Sempre acreditando no meu potencial e apoiando de tantas formas o meu processo de formação profissional.

À minha irmã mais velha Gabriela Vieira, que nos últimos anos de graduação e na reta final deste trabalho tanto me acompanhou e apoiou, sempre torcendo pelas minhas conquistas e aprendizados.

Ao meu amor, Julia Costa, que acompanhou de perto o refletir, pensar, construir e sonhar deste trabalho. Que me incentivou e foi companhia essencial nos momentos de angústia com pausas para risadas e carinho. Obrigada por acreditar que existem possibilidades para a existência da nossa relação; dedico este trabalho a nossa construção de estar juntas no mundo.

Ao Terreiro Aruanda - Comunidade Afro-religiosa de Umbanda - onde sou ensinada a olhar a vida com outros olhos e escutar o mundo de um outro lugar. Território de encanto que me forma politicamente, que me permite a possibilidade da desconstrução, construção e mudança de quem eu sou. Chão que eu piso descalça, onde escuto o tambor falar e tenho a oportunidade de aprender os maiores conhecimentos sobre a vida enquanto vejo a morte dançar. Ao Pai de Santo David Dias e ao chefe de curimba Kaioan Cerqueira, entre muitos, que me dão caminho para essas vivências.

Às minhas amigas dentro e fora da faculdade, que me acompanharam neste processo de escrita que pode ser tão solitário e inquieto, refletindo junto, dando sentido e encorajando esta construção desde o primeiro dia.

Às minhas supervisoras Massumi Mashimo e Lara Faria, do Centro de Atendimento Multidisciplinar PopRua da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, onde tive a oportunidade de realizar meu estágio não obrigatório da graduação e pude entrar em contato com a realidade da forma que ela é. Foi através dessa experiência que foi escancarado para mim, na prática, que as desigualdades têm gênero, raça, classe e sexualidade. Neste estágio enriquecedor de aprendizados pude me formar criticamente enquanto profissional e refletir sobre o lugar que ocupo no mundo.

Ao Plínio, meu orientador, que me acompanhou desde a matéria de Projeto de Pesquisa, com implicação, cuidado e interesse, tornando este processo possível, mais leve e estruturado.

Se pedíssemos a lésbicas brancas para deixar sua branquitude em casa, elas ficariam chocadas, por pressuporem que não estão mais condicionadas pelos aspectos negativos de serem brancas, por virtude de serem feministas ou lésbicas. Mas eu vejo que a branquitude vaza em toda a bagagem que elas carregam com elas e que até mesmo se infiltra em seus ossos.

(Gloria Anzaldúa, 2021, p. 117)

RESUMO

E a branquitude com isso? Relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais lésbicos e sapatões: construções e desconstruções

Autora: Catarina Bullentini Vieira

Orientador: Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Jr.

2025

A partir de uma invisibilização e apagamento das identidades lésbicas e sapatões, ausência dos estudos sobre a branquitude e inexistência de discussões sobre os relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais ao longo da graduação de psicologia, o presente trabalho se propôs a investigar, a partir de uma revisão bibliográfica exploratória, utilizando a base de dados Periódicos CAPES, quais são os trabalhos existentes sobre a atuação da branquitude dentro dos relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais lésbicos e sapatões, na intenção de realizar um levantamento sobre o que vem sendo teorizado sobre o assunto. Evidenciou-se através desta pesquisa que a psicologia pouco tem se debruçado sobre estes temas, produzindo e reproduzindo subjetividades hegemônicas. Conforme o levantamento realizado, não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse o tema delimitado nesta pesquisa, sendo necessário expandir a busca por estudos que discutissem sobre cada um dos temas separadamente, tendo como finalidade buscar o possível ponto de encontro de cada uma dessas intersecções. Sem a intenção de ser conclusiva, esta pesquisa se propôs exploratória e introdutória, assim, demonstrou-se que há diálogos possíveis a partir dos estudos sobre as lesbianidades e sapatônicas, branquitude e relacionamentos inter-raciais, sendo necessário ainda um grande aprofundamento, que perpassa questões estruturais dessa sociedade, para que esses assuntos sejam colocados em evidência, discutidos e teorizados apropriadamente. A presente pesquisa torna evidente a necessidade de superar concepções arraigadas acerca da suposta igualdade racial vigente na sociedade brasileira, destacando-se a importância de atribuir à branquitude a responsabilidade pelas violências e desigualdades historicamente reproduzidas e perpetuadas por ela. Do mesmo modo, faz-se imprescindível a desconstrução e a problematização da ideia de que relações lésbicas, por serem constituídas por pares, seriam intrinsecamente mais igualitárias, acolhedoras e cuidadosas. O reconhecimento dessas questões, bem como a identificação da escassez de estudos voltados a tais temáticas, constitui um passo inicial fundamental para a formulação de alternativas que visem à construção de relações menos desiguais.

Palavras-chave: Lesbianidade; Branquitude; Relacionamentos Inter-Raciais, Psicologia

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	06
2.	MÉTODO	11
3.	DISCUSSÃO	13
3.1	Lesbianidades e Sapatonices.....	13
3.2	Branquitude.....	23
3.3	Relacionamentos Inter-raciais.....	30
4.	(IN) CONCLUSÕES	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
	APÊNDICES	46

1 INTRODUÇÃO

O conceito “lesbianidade” surge a partir dos movimentos sociais lésbicos brasileiros enquanto um confronto ao termo comumente utilizado “lesbianismo”, sendo este termo associado ao campo do patológico, abrindo espaço para estigmatização dessa identidade (Gonçalves; Carvalho, 2019). Gonçalves e Carvalho (2019) apontam que as ciências psicológicas corroboraram com o modo como as ciências médicas categorizavam e sujeitavam, no campo psiquiátrico, os indivíduos que tinham afetos homossexuais. As autoras expõem que a sexualidade feminina teve a inclinação de ser patologizada e invisibilizada desde os princípios da história das produções psicológicas. Segundo Gonçalves e Carvalho (2019, p. 145), isso se deu por conta da influência direta das ciências médicas nessas produções, na era moderna, que “davam destaque aos aspectos descritivos dos comportamentos sexuais e buscavam, em suas conclusões, estabelecer normas e disciplinas acerca da conduta sexual “adequada”.

Foi apenas em 1985 que o Conselho Federal de Medicina deixou de patologizar a homossexualidade enquanto uma questão psiquiátrica, sendo que em 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabeleceu normas de atuação para os psicólogos no que diz respeito às orientações sexuais. Na resolução CFP nº 01/1999, o conselho afirma que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” e delimita que é trabalho dos psicólogos não contribuir com essa estigmatização, não podendo apoiar e construir “eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” (Conselho Federal de Psicologia, 1999, p. 1-2). Entretanto, em 2017, o CFP ainda recebia denúncias de pessoas que haviam sido submetidas a tentativas de “reversão” de sua orientação sexual (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

No livro “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs” (Conselho Federal de Psicologia, 2019), é evidenciado o “sofrimento ético-político” e o “aniquilamento das subjetividades” que essas identidades passam até a atualidade, escancarando “a existência de práticas de patologização dos comportamentos e práticas não hetero/cis, bem como atos excludentes e geradores da violação dos direitos.” (p. 12). Um exemplo disso é esse relato de uma mulher cis, lésbica, negra de 25 anos de idade:

No primeiro momento, quando eu trouxe isso para ela (a psicóloga), ela explicou que era uma fase, que eu era menina. Era uma fase que ia passar e que para isso eu precisava de ajuda, que eu estava no lugar certo, que ela ia me ajudar a passar por essa fase. Ela começou dizendo que era uma fase, depois ela teve um discurso do pecado, ou da doença. (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 63).

As violências, apagamento e patologização destas identidades e subjetividades é histórica, tendo sido a psicologia um instrumento social que também fez parte do processo de marginalização desta comunidade (Gonçalves; Carvalho, 2019). Assim, cabe à psicologia, enquanto ciência que produz saberes, investigar as existências lésbicas e sapatonas e suas subjetividades, não só enquanto existência invisibilizada e violentada, mas também enquanto identidade que resiste dentro de uma sociedade machista, lesbofóbica e heterocentrada, atuando na transformação da realidade. Segundo Fatumma (2023):

A cisheterossexualidade é um projeto histórico, moralista, arraigado na colonialidade do poder, saber e ser, exteriorizado por corpos brancos, que matam, asfixiam e oprimem outras formas de viver a sexualidade em sua diversidade. A liberdade sexual de nossos corpos dissidentes é premissa para libertação contra forças hegemônicas (Fatumma, 2023, p. 88).

Grande parte dos estudos acadêmicos sobre as lesbianidades, termo aqui utilizado no plural porque se evidencia que existem diversas formas de ser e existir dentro desse grupo, nomeia essas identidades dessa forma; no entanto, alguns estudos já apontam sobre a necessidade de também se investigar as sapatões, não enquanto sinônimo das lésbicas, mas enquanto uma categoria dessa orientação sexual que pode carregar frequentemente uma raça, uma classe e um estigma sobre a expressão de gênero que foi historicamente higienizada. As diferenciações e apontamentos sobre essas duas identidades - lésbicas e sapatões/sapatonas - serão percorridas ao longo do trabalho, todavia é importante afirmar desde o início que a escolha por nomear ambas as identidades nesta pesquisa é crítica e política, compreendendo que não se deve homogeneizar e invisibilizar certas experiências.

Apesar do desejo de também abarcar as sapatonas nesta pesquisa, são insuficientes os estudos que investiguem essas existências. Assim, nomeia-se as sapatões para não as esquecer, para que não permaneçam à margem, invisibilizadas, mas, não obstante, a maior parte das pesquisas ignora esta identidade ou a utiliza como sinônimo das lesbianidades. Na produção “Arco-íris para quem? (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas” (Brunetto; Tagliamento, 2021), da Rede de Pesquisadoras e Ativistas Lésbicas e Bissexuais do Brasil (Rede Lésbi), é enfatizado como não é possível igualar a invisibilidade lésbica que ocorre no Brasil daquelas descritas nos estudos de Monique Wittig, Eve Sedgwick e Judith Butler, que teorizam a partir do norte geopolítico, e que acabam sendo frequentemente utilizadas para traduzir as experiências brasileiras. Os pensamentos dessas autoras não refletem:

[...] as questões e tensões do outro Ocidente, especificamente, o Ocidente que foi, e ainda é, excluído de uma narrativa eurocêntrica sobre o que significa ser uma mulher, uma lésbica e sapatão – uma palavra que nomeia e aponta para uma existência não teorizada o suficiente, e para a qual, assim como o termo saudade, não há tradução direta para outras línguas (Brunetto; Tagliamento, 2021, p. 07).

A psicologia não só serviu de instrumento social para subjugar as sexualidades dissidentes, como foi produtora e reprodutora de subjetividades hegemônicas no geral. De acordo com Oliveira et al. (2019), a psicologia social produz um conhecimento branco que pouco põe em evidência a branquitude para ser analisada. Em conformidade com isso, segundo Ramos e Carvalho (2022a), a formação acadêmica dos profissionais da psicologia ainda tem em sua centralidade um ser humano universal e um psiquismo igual para todos os indivíduos, tendo a psicologia pouco se debruçado acerca das questões de raça no Brasil e sobre como essas diferenças impactam a vida de cada um. Assim, são raros os profissionais da área que pesquisam as relações étnico-raciais no país e refletem sobre o contexto sócio-racial brasileiro. Ramos e Carvalho (2022b) afirmam que “O mito da democracia racial é perpetuado nos saberes psicológicos.” (p. 417). Segundo Lyra et al. (2023, p. 08):

O racismo como sistema de poder que afeta a saúde mental das populações negras e indígenas está presente no cotidiano do Brasil tendo em vista a sua estrutura social, política, cultural e institucional. Apesar de ser um marcador social, são poucos os serviços que abordam raça enquanto estruturante dos processos de sofrimento psíquico.

Desse modo, compreendendo que a Universidade tem um espaço de contribuição com a transformação social, é papel da psicologia refletir e pôr em análise as desigualdades raciais deste país, sendo necessário sair da posição de um entendimento neutro sobre este assunto e implicar-se para construir um conhecimento em consonância com a luta antirracista. Além disso, cabe à psicologia compreender como se dá o modo de subjetivação que constitui a branquitude dentro de uma sociedade racista, para que seja possível buscar um movimento contrário de desconstrução dessa subjetividade que é fundada em um suposto lugar de superioridade e desracialização. Primeiramente, é necessário que o branco seja colocado em seu lugar, de acordo com Souza, Damico e David (2020, p. 06):

Racializar o branco se mostrou fundamental para enfrentar o racismo pois coloca no corpo o campo de inteligibilidade sem o qual o branco não se afeta. A branquitude não se afeta pelas ideias e argumentos abstratos que atacam os privilégios inconscientes. O racismo é antes a organização de afetos reativos,

um afeto a um só tempo de medo do outro que se resolve num afeto de superioridade do outro.

Em relação à interracialidade, é importante ressaltar que há uma abrangência sobre o envolvimento de sujeitos de diferentes raças que constroem relações afetivo-sexuais, cada um com suas problemáticas, dinâmicas e singularidades. Entretanto, neste trabalho, houve a necessidade de fazer o recorte entre a interracialidade relacional de brancos e negros, analisando a atuação da branquitude nestes envolvimento, dado que, desde o início de interesse e busca por estes trabalhos, foram encontradas apenas pesquisas que se debruçam sobre estas especificidades. Para além disso, o Brasil foi construído histórica e socialmente através de um projeto político de embranquecimento da população negra ex-escravizada a partir do incentivo à miscigenação entre as raças branca e negra. Sendo assim, é de importância fundamental pôr em evidência e analisar as subjetividades geradas a partir dessa construção social que é perpetuada até a atualidade.

Ao longo da minha graduação em psicologia na PUC-SP, os temas das lesbianidades, branquitude e interracialidade não foram formalmente abordados, apesar de serem fundamentais e relevantes. Esse apagamento reflete um interesse normativo e um projeto de invisibilização presente na sociedade, que se manifesta também na construção dos currículos acadêmicos. Entretanto, a partir da minha possibilidade de formação e informação em outros espaços de conhecimento, pude entrar em contato com esses temas. Além disso, meu interesse pessoal e minha vivência também me motivaram a buscar conhecimento sobre esses assuntos.

Conforme Grosfoguel (2007), a partir da crítica realizada às ciências ocidentais pelos estudos decoloniais, a premissa de que seria possível construir um conhecimento neutro e objetivo ao não enunciar de quem e de onde se fala é equivocada. O autor defende que essa neutralidade e objetividade epistemológica são impossíveis de serem produzidas, já que essa epistemologia “não apenas tem cor mas também tem sexualidade, gênero, espiritualidade cosmológica, classe etc”. (Grosfoguel, 2007, s/p). René Lourau (1993), apud Ramos e Paulon (2023), argumenta que essa ideia de objetividade e neutralidade são insustentáveis nas pesquisas científicas, sendo assim inevitável a inferência dos valores dos cientistas em suas próprias práticas de pesquisa, corroborando com o pensamento de Grosfoguel (2007).

Desse modo, acredito ser indispensável nomear onde me encontro neste trabalho e pontuar os atravessamentos e desejos de compreensão do mundo que fizeram com que eu me debruçasse sobre estes temas. Foi a partir da minha construção de identidade enquanto uma mulher cis sapatão e de um incômodo por não ver essas identidades serem nomeadas e

estudadas ao longo da graduação, que surgiu meu interesse em compreender a ausência desses estudos, também em um lugar de autorreconhecimento e identificação. Ao entrar em contato com pesquisadoras do tema que compõem a Rede Lésbi no Seminário Internacional Fazendo Gênero em 2024, ficou evidente para mim que não havia uma inexistência de estudos que discorrem sobre essas identidades, mas sim um ocultamento desses estudos ainda restritos e dessas pesquisadoras dentro da academia.

Além disso, foi a partir das minhas vivências dentro do Terreiro Aruanda que passei a me racializar enquanto branca, entrar em contato com a minha branquitude e compreender a constituição interracial da minha família; foi o mesmo momento no qual passei a constituir um relacionamento afetivo interracial e questionar minha implicação dentro dessa relação a partir do lugar que eu ocupo na sociedade e sobre aquilo que me constitui. Foi também nesta comunidade afro-religiosa de umbanda - espaço político, cultural e religioso - que conheci os trabalhos de Lia Vainer Schucman (2023) sobre famílias interraciais e de Dedê Fatumma sobre lesbianidades negras (Fatumma, 2023).

Com o tema deste trabalho ainda em construção, encontrei o texto “O amor tem cor? Uma análise da branquitude através da autoetnografia de uma relação lésbica inter-racial”, de Elaine Borges Sousa, dentro da produção “Arco-íris para quem? (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas” da Rede Lésbi, que discorre sobre o lugar que os indivíduos brancos ocupam na sociedade e como esse lugar influencia “o exercício de poder dentro das relações pessoais.” (Sousa, 2021, p. 13). Assim, a partir da afirmação da autora sobre a restrição de pesquisas que analisam e dissertam “sobre as relações lésbicas de forma interseccional e situando a branquitude, principalmente quando se trata de laços afetivos-sexuais inter-raciais” (p. 14), me despertou um interesse de olhar para o ponto de encontro de todos estes temas que me constituem, atravessam e constroem.

Sendo assim, foi com base nos estudos de gênero, lesbianidades, interseccionalidade, branquitude e interracialidade que se deu a intenção de realizar neste trabalho a busca, a partir de uma revisão bibliográfica exploratória, de pesquisas que colocam em análise como se dá a atuação da branquitude dentro de relacionamentos afetivo-sexuais interraciais lésbicos e sapatões. O objetivo foi fazer um levantamento do que vem sendo estudado nesse campo, das problemáticas e possibilidades de caminho para relações possíveis que não reproduzam potenciais violências frente às diferenças raciais.

2 MÉTODO

Este trabalho propôs-se a realizar uma pesquisa de caráter exploratório utilizando como estratégia metodológica a revisão bibliográfica com o objetivo de produzir um levantamento qualitativo sobre os estudos já existentes referentes à atuação da branquitude dentro dos relacionamentos afetivo-sexuais interracialis lésbicos/sapatão.

Nesse sentido, para realizar o levantamento, foi utilizado Portal de Periódicos da CAPES, que reúne diversas bases de dados de artigos acadêmicos e científicos. Em um primeiro momento, decidiu-se por pesquisar, sem definir nenhum tipo de filtro, os termos “psicologia e relacionamentos interracialis”, “psicologia e relacionamentos inter-raciais”, “relacionamentos inter-raciais”, “interracialidade”, “relacionamentos interracialis”, “psicologia e raça e relacionamentos”, “psicologia e racismo e relacionamentos amorosos”, “psicologia e racismo e relacionamentos”, “psicologia e branquitude e relacionamentos”, “lésbicas e interracialidade ou interracialidade” e “psicologia e relacionamentos lésbicos”, na tentativa de encontrar produções com os marcadores específicos selecionados pelo objetivo deste trabalho.

A partir do baixo resultado obtido (21 pesquisas), disposto na tabela 1, foram selecionados os artigos que tinham relação com a área do tema e que eram passíveis de acesso (3 artigos), sendo que eles foram sistematizados na tabela 2. Após isso, por conta do resultado irrisório, optou-se pela busca de novas produções com termos mais generalistas que tangenciam o tema “branquitude e relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais lésbicos/sapatão”. Os termos e cruzamentos pesquisados foram: “lésbicas e raça”, “psicologia e branquitude”, “psicologia e racismo e lésbicas”, “psicologia e lésbicas”, “psicologia e lesbianidades”, “raça e sapatão”, “psicologia e sapatão” e “lésbicas e branquitude”. Diferentemente da primeira busca, neste segundo momento foi encontrado um maior número de produções (375 artigos), lançados na tabela 3. Frente a um número amplo de artigos, e considerando a proposta de realização de uma análise qualitativa e aprofundada, buscou-se elencar novos critérios de busca, sendo os seguintes filtros: período de produção (2019 até 2024); acesso aberto; idioma português; produção nacional.

Os artigos levantados após a adoção destes novos critérios ainda foram em grande número e sobre diversos assuntos e áreas do conhecimento que tinham como atravessamento a questão de raça, lesbianidade/sapatonice ou branquitude. Assim, visando selecionar um número razoável de artigos que tivessem relação com a área da Psicologia, foram excluídos aqueles que analisavam outros recortes de sexualidade para além das lésbicas/sapatões, ou artigos que versavam sobre uma instituição ou categorias de trabalho específicas como, por exemplo, a

escola e professoras lésbicas da educação básica, compreendendo que a partir de cada um desses recortes surgem novas especificidades sobre esta população. Deste modo, optando por selecionar artigos relacionados à Psicologia e às Humanidades, exclusivamente sobre lésbicas/sapatão, e que tratassem de forma ampla esta questão, sem um recorte específico de classe, profissão ou qualquer outro que não a orientação sexual e a expressão de gênero, estes achados foram sistematizados e organizados na tabela 4 (total de 26 artigos).

Para além dos estudos encontrados no levantamento do Portal de Periódicos da CAPES, foram utilizadas bibliografias relevantes atualmente que introduziram as discussões dos temas em questão, como o livro “Famílias Inter-raciais: tensões entre cor e amor”, da autora Lia Vainer Schucman (2023), “Lesbiandade”, de Dedê Fatumma (2023), “Irmã Outsider”, de Audre Lorde (2019), Dôssie da Rede LesBi, “Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil”, organizado por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (2016), “Heterossexualidade compulsória e Existência Lésbica & outros ensaios” de Adrienne Rich (2019) e “Peles Negras, Máscaras Brancas” de Franz Fanon (1980/2008).

Destarte, foram realizadas as leituras e fichamentos dos 26 artigos levantados que foram sistematizados nas tabelas 2 e 4, para além das leituras das obras de referência descritas no parágrafo anterior.

A seguir, o levantamento e leituras produzidas serão discutidos em três momentos: primeiro, será apresentado e discutido o tema das lesbianidades; em seguida, o tema da branquitude e, por fim, o dos relacionamentos interracialis, na tentativa de ressaltar e refletir o que vem sendo explanado sobre esses importantes assuntos, bem como de construir um diálogo entre eles.

3 DISCUSSÃO

3.1 Lesbianidades & Sapatônicas

Discorrer sobre as lesbianidades e sapatônicas se torna uma tarefa complexa quando se compreende que para isso é necessário evidenciar discussões primeiras sobre sexo, identidades de gênero, orientações sexuais, expressões de gênero, lógicas binárias de construção de pensamentos, desejos mutáveis e, de modo geral, formas dissidentes de ser no mundo. Isto se dá pois, mesmo que em diferentes níveis, declarar-se lésbica/sapatão implica romper com imposições naturalizadas pela lógica binária cisheteronormativa. Portanto, as lesbianidades possuem “um potencial subversivo, maior ou menor, ao romper com a inteligibilidade do gênero, quando o desejo, o exercício sexual e as práticas sociais caminham em sentido oposto ao que foi determinado ao feminino” (Souza; Lima, 2021, p. 292).

Assim, para que seja possível analisar essas vivências que se dão na contramão das identidades normativas, utiliza-se aqui dos estudos de gênero, que tem origem nos movimentos feministas, especialmente quando iniciaram o questionamento da naturalização e universalização do lugar imposto às mulheres na hierarquia social a partir de uma explicação biológica abaixo dos homens, e o entendimento de que as categorias de gênero e sexualidade são construções históricas, sociais e culturais (Costa; Gonçalves; Oliveira, 2022). De acordo com Scott (1989) *apud* Souza e Lima (2021, p. 287), “gênero e atividade sexual são constituídos por uma sociedade, uma história e uma cultura em que diferentes valores e práticas sexuais são legitimados ou não, conforme redes de poder”.

É a partir de autoras como Judith Butler (2003), Monique Wittig (2019) e Adrienne Rich (1980/2019), que é possível compreender o caráter de resistência das lesbianidades/sapatônicas ao negarem a heterossexualidade enquanto uma característica inata, natural e universal.

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência. (Rich, 1980/2019, p. 21)

Desse modo, é possível explicitar que lésbicas e sapatonas são mulheres cis, mulheres trans, pessoas não binárias que, ao se declararem contra uma lógica normativa e exclusiva binária cisheteropatriarcal nas relações, produzem novas formas dissidentes de ser no mundo, que não respondem à manutenção do status quo e negam o lugar da mulher cisheterossexual

que está à mercê do desejo do patriarcado, da reprodução e do cuidado familiar, categorias sustentadas pelo regime político da heterossexualidade compulsória (Rich, 1980/2019). Como explicita Cheryl Clarke (1988) apud Dedê Fatumma (2023),

[...] se rebelar enquanto mulher lésbica é uma ameaça ao patriarcado, já que isso envolve uma sexualidade que se configura na transgressão do corpo, na autonomia, no pertencimento de si e na recusa de qualquer forma de controle. Revelar essa insurgência é romper com o medo, com a insegurança, é um levante contra o *cistema* ereto do estado patriarcal, armado até os dentes. (p. 36).

Ocupar este lugar potencialmente subversivo significa viver esta existência lésbica sob um apagamento histórico “sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social” (Rich, 1980/2019, p. 21). De acordo com a autora, as lesbianidades foram ignoradas enquanto uma existência política porque foram igualadas à homossexualidade masculina, fazendo com que a realidade feminina fosse mais uma vez apagada (Rich, 1980/2019). Além disso, Rich (1980/2019) afirma que este apagamento se dá também em razão do movimento feminista não questionar a heterossexualidade enquanto algo não-natural, reforçando a homossexualidade enquanto algo incomum. Assim, ao evidenciar outras possibilidades de orientação sexual, que não a heterossexual, a autora também “denuncia o apagamento da lesbianidade na literatura acadêmica feminista” (Santos; Freitas, 2021, p. 199).

É a partir do reconhecimento deste apagamento e invisibilização, que ocorre também dentro dos movimentos sociais, como o movimento LGBT e o movimento feminista, que as lésbicas passam a se articular e organizar politicamente para reivindicar suas identidades, demandas e problemáticas específicas que não eram contempladas dentro dos outros movimentos, a partir da compreensão de que as opressões vividas por essa comunidade eram ocasionadas pelo sexismo e pela lesbofobia. Ou seja, é possível “apontar que o Movimento Lésbico se constitui na transversalidade das agendas do Movimento Feminista e do Movimento LGBT” (Camilo, 2010 apud Lino, 2019, p. 19).

Apesar de haver estudos anteriores, de acordo com Falquet (2012, p. 14), sobre “[...] a existência de comunidades lésbicas proletárias e/ou racializadas organizadas, entre outros, em torno do código butch-fem”, nos Estados Unidos nos anos 1950, é a partir dos movimentos pelos direitos civis, que em 1974 surge o *Combahee River Collective*, um dos coletivos feministas negros pioneiros que passa a criticar a insuficiência dos demais movimentos fundamentados no posicionamento de que não há uma hierarquia de opressões, mas sim um sistema imbricado (Braga; Corato, 2021).

Ele [*Combahee River Collective*] surge de uma crítica quádrupla: ao sexismo e à dimensão pequeno-burguesa do movimento negro, ao racismo e às perspectivas pequeno-burguesas do movimento feminista e lésbico, ao caráter reformista da *National Black Feminist Organization* [Organização Feminista Negra Nacional], e à cegueira das feministas socialistas face às questões de “raça”. (Falquet, 2012, p. 16).

Assim como nos Estados Unidos, é a partir da década de 1970 que a identidade lésbica ganha espaço no Brasil, consolidando-se em 1990 com ONG's que debatiam sobre a lesbianidade enquanto identidade política (Almeida; Heilborn, 2008 *apud* Braga; Corato, 2021). Entretanto, diferentemente do Movimento Feminista e do Movimento LGBT, há uma ausência de investigações, pesquisas e trabalhos especificamente sobre a história do Movimento Lésbico no país (Lino, 2019).

Apesar de o Movimento Lésbico se diferenciar e distanciar dos Movimentos Feministas em determinado período, por apontar em relação a eles uma insuficiência de discussões outras que não sobre gênero e sexualidade, ambos foram criticados por não distinguirem as diversas vivências oprimidas experienciadas por diferentes identidades dentro dos coletivos, invisibilizando e sendo contraditórios novamente frente a outras minorias.

Os movimentos sociais lésbicos têm origem e são representados, em sua maioria, por mulheres brancas, de classe média, com acesso a saberes acadêmicos e que, por vezes, não integram perspectivas raciais e de classe a suas pautas (Costa; Gonçalves; Oliveira, 2022, p. 203).

Com base nos estudos sobre interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, e estudado posteriormente por diversas autoras, como Patricia Hill Collins (2021) e Carla Akotirene (2020), é possível apreender que se torna imprescindível considerar a sobreposição das opressões para além do fator gênero, que foi historicamente colocado enquanto problemática central pelo movimento feminista (Santos; Freitas, 2021). De acordo com a escritora Audre Lorde (1984/2019), o incentivo ao não reconhecimento legítimo das diversas diferenças humanas pelas mulheres, com exceção do marcador social gênero, é uma ferramenta de controle social.

Vale ressaltar que antes mesmo de a teórica feminista e professora afro-estadunidense, Kimberlé Crenshaw forjar este termo, a filósofa, antropóloga e pensadora feminista negra Lélia Gonzalez (2018 *apud* Romagnoli, 2022) já apontava, no Brasil, em 1970, para a primordialidade de observar a associação de diversas discriminações como classe, raça e gênero (Romagnoli, 2022). É após a conceituação de Crenshaw (2002) que o termo “interseccionalidade” passa a

ser utilizado e nomeado com maior frequência dentro da academia nos estudos de classe, gênero, raça e sexualidade.

Segundo Costa; Gonçalves e Oliveira (2022, p. 197), ao citarem Akotirene (2020), afirmam que esta terminologia fundamenta de forma teórico-metodológica a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”, demonstrando assim como a interconexão dos marcadores identitários geram opressões, não como uma soma quantitativa, fragmentada e hierárquica, mas como construções mútuas de um sistema de poder que produz injustiças (Collins, 2017 apud Assunção, 2022). A importância disso é explicitada por Assunção (2022, p. 97), quando afirma que:

[...] a intenção de abordar as questões da colonialidade, raça, classe, sexualidade e gênero, é refletir como essas estruturas de poder se combinam e interferem em nossas condições de vida e diferentes tipos de violência e discriminação. Abordar a interseccionalidade é tratar dos diferentes resultados da articulação desses marcadores sociais, as distintas intensidades da opressão sexista em diferentes corpos e lugares, bem como as diversas estratégias para enfrentá-las.

Desse modo, ao analisarmos as existências lésbicas e sapatonas pela lente da interseccionalidade compreendemos que é impossível universalizar essas experiências. Apesar de ocuparem um mesmo lugar na hierarquia da heteronormatividade, por conta da orientação sexual, segundo Simões (2011) *apud* Costa, Gonçalves e Oliveira (2022), “[...] isso não resulta em experiências homogêneas”, pois estas são atravessadas por outras “identificações em arranjos móveis e situacionais.” (p. 197). Assim, torna-se imprescindível incluir nas análises, discursos e levantamentos os marcadores sociais, econômicos e de vulnerabilidade, ao refletir e estudar essas existências, não apenas nomeando cor, raça e gênero, mas também incluindo pautas como idade, classe, identidade e expressão de gênero, etnia, nível de escolaridade, gordofobia e capacitismo (Costa; Gonçalves; Oliveira, 2022).

Partindo deste entendimento, a formação das identidades lésbicas e sapatonas podem ser atravessadas por outras diversas subjetividades marginalizadas, além de desumanizadas de diversas maneiras, fazendo com que essas pessoas sejam invisibilizadas e violentadas também por esses outros sistemas de exclusão que têm como características a branquitude, a masculinidade cisgênera e heterossexual, o cristianismo e a burguesia eurocêntrica. Tais características são fixadas como regras e instituídas arbitrariamente no topo da pirâmide social (Sousa; Figueiredo, 2022). Portanto, “a constituição das lesbianidades é um processo amplo e

complexo que é vivenciado de formas diversas por diferentes mulheres” (Navarro-Swain, 1999 apud Costa; Gonçalves; Oliveira, 2022, p. 195).

Estas diferentes constituições de identidades se evidenciam também na forma de se autodeclarar a sexualidade. De acordo com Costa, Gonçalves e Oliveira (2022), Wittig (1992) traz o conceito da linguagem enquanto importante balizador e constituinte para a organização da realidade, assim, ao autodeclararem sua sexualidade, as pessoas resgatam o direito de se manifestarem em seus próprios termos. Há quem utilize as palavras lésbica e sapatão como sinônimos para falar de si mesma, entretanto, dentro do movimento político, nas diversas experiências das lesbianidades e sapatônicas e nas etimologias destas palavras, há uma distinção entre estes termos.

O termo lésbica se originou a partir da palavra *lesbius* em latim, que derivou do grego *lesbos*, que se refere à Ilha de Lesbos, na Grécia, onde a poetisa Safo nasceu. A escritora persiste até os dias atuais como referência da comunidade sáfica por ter escrito sobre o amor erótico entre mulheres e por ter sido inspiração para o nome da comunidade lésbica, mas que, não obstante, remonta um ideal branco ocidental (Nascimento, 2023). Nascimento (2023) discorre sobre esta comunidade ser a única, dentro do movimento LGBTQIAPN+, que se identifica até a atualidade com uma figura histórica e culturalmente tão distante. A autora argumenta que “é plausível que a insistente retomada da poeta grega surja como uma estratégia de resistência às demais ausências de territórios, patrimônios e saberes” (Nascimento, 2013, p.12).

Já sobre a palavra sapatão não há indícios precisos de sua origem no Brasil, entretanto, o uso dela pela própria comunidade pode se dar como uma forma de ressignificar e reivindicar uma identidade que foi historicamente estigmatizada e referida de forma pejorativa. Este termo era e é comumente utilizado como xingamento, com base na lesbofobia, para nomear de modo abjeto aquelas mulheres que se relacionam com mulheres e não performam e conformam com a feminilidade socialmente esperada de uma pessoa que nasce com o sexo biológico feminino. Ou seja, de acordo com Costa, Gonçalves e Oliveira (2022, p. 200), “aquelas que transgridem e/ou rejeitam essas noções tradicionais são classificadas como masculinas (...) e são destituídas de seu lugar enquanto mulher”. Portanto, são essas as historicamente chamadas de sapatão.

Não obstante esta diferença histórica e de origem, no artigo “Branca é Lésbica e Preta é Sapatona: Oh o Erro?!”, de autoria de Sousa e Figueiredo (2023), torna-se evidente, a partir da retomada da pesquisa de Raila Alves (2019 apud Souza; Figueiredo, 2023), que o uso do termo lésbica e sapatão também se distancia e distingue nas categorias de raça e classe. As autoras discorrem sobre a construção do imaginário social sobre o que é ser lésbica, figura frequentemente associada a mulheres brancas que se relacionam com mulheres e são de classe

alta, e que, apesar de não se encaixarem na heteronormatividade e poderem sofrer violências de gênero, dentro dos outros marcadores sociais como raça e classe, ocupam o topo da pirâmide. Assim,

[...] a palavra lésbica vem, muitas vezes, dotada de um tom higienizador, à medida em que nas representações socioculturais, a imagem da lésbica é frequentemente associada a uma mulher branca, de classe alta, que se relaciona com mulheres, mas que também não é a sapatão. (Alves, 2019, p. 17-18, apud Souza; Figueiredo, 2023, p. 22-23).

Ainda neste artigo, Sousa e Figueiredo (2023) se debruçam sobre um relato coletado para a pesquisa, em que a participante, ao nomear sobre sua vivência negra dentro das lesbianidades, sofre uma menor aceitação da sociedade em detrimento das lésbicas brancas, que são mais bem aceitas em virtude da branquitude. Ademais, para além do uso do termo sapatão direcionado de forma pejorativa às mulheres que transgridem com a feminilidade normativa, tratado anteriormente, esta mesma participante aponta que a utilização da palavra sapatão por terceiros também, segundo Sousa e Figueiredo (2023, p. 22), “surge no contexto pejorativo como forma de desumanizar as negras lésbicas”.

Ao escancarar esta inegável discriminação racial que ocorre dentro da comunidade lésbica, que é histórica e social, é possível fazer um diálogo com o livro “Irmã Outsider”, de Audre Lorde (1984/2019). A escritora expõe em seus ensaios e conferências as diferenças de desigualdades que as mulheres negras sofrem e as mulheres brancas não, ou seja. De acordo com Lorde (1984/2019, p. 150), “há ressonâncias da heteronormatividade e da homofobia que são específicas entre as mulheres negras”, principalmente as lésbicas. Além disso, a autora denuncia as feministas brancas por esquivarem-se frente ao racismo e ignorarem diferenças estruturais entre as mulheres, como classe, idade e sexualidade, sob uma suposta ideia de homogeneidade de experiências, como já explicitado anteriormente.

É a partir desta evasão em relação aos privilégios advindos da branquitude que as mulheres brancas não reconhecem, apesar de incessantemente se beneficiarem deles, que elas definem suas próprias experiências como universais. Lorde (1984/2019) detalha essa estrutura e cunha o termo “*outsiders*” para então definir aquelas que não se enquadram nesta universalidade: “as mulheres de cor se tornam “outras”, *outsiders* cujas experiência e tradição são “alheias” demais para serem compreendidas (Lorde, 1984/2019, p. 145). A autora expõe que as diferenças irão existir - raça, idade, sexo, são categorias de distinção - e que não são estas diferenças que separam e segregam. Lorde (1984/2019) argumenta que os sujeitos aprenderam a responder com medo e aversão frente às diferenças. Deste modo, ao recusar

reconhecê-las e não lidar com o modo equívoco com que estas são interpretadas, há uma separação e confusão entre todos.

Para além das formações de identidades, terminologias utilizadas, história e resistência do movimento, os estudos sobre lesbianidades denunciam também a invisibilização desta comunidade dentro das discussões sobre violência em relações afetivas-sexuais. Santos e Freitas (2021) expõem que apesar de ser possível notar um maior surgimento recente de pesquisas sobre as lesbianidades na área das humanidades, os estudos sobre violência em relações lésbicas ainda são escassos. Desse modo, as lésbicas que vivenciam esta violência são mais uma vez discriminadas por este apagamento.

É notável que a maioria dos estudos sobre violência doméstica partem do pressuposto da heterossexualidade, o que termina por reforçar e reproduzir um ocultamento das violências que ocorrem dentro das relações afetivo-sexuais dissidentes. De acordo com Amaral, Frayman e Rios (2023), a hierarquia construída histórica, social e culturalmente entre os sexos é indubitavelmente um dos principais fatores que ocasionam as situações de violência contra as mulheres. Entretanto, ainda segundo estes autores,

[...] relacionamentos abusivos não são uma exclusividade de casais heterossexuais. [...] Segundo Alencar, Ramos e Ramos (2018), o abuso apresenta inúmeros fatores determinantes e diversas relações de poder estabelecidas dentro dos relacionamentos amorosos. (Amaral; Frayman; Rios, 2023, p. 4).

No artigo “Particularidades da violência nos relacionamentos lésbicos”, Santos e Freitas (2021) revelam que na Política Nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres é possível constatar uma única menção ao termo “lésbicas”, ao referenciar em determinado momento os parágrafos 2º e 5º da Lei Maria da Penha. Apesar de a Política abranger as mulheres no geral, não há em nenhum momento o aprofundamento sobre as especificidades dos relacionamentos lésbicos, tampouco sobre relacionamentos sapatão. Ainda segundo esta pesquisa, mesmo que a aplicação da Lei Maria da Penha abranja os casos de violência conjugal lésbica, profissionais entrevistados neste artigo revelam que esta aplicabilidade é condicionada pela compreensão ou não dos juízes frente às questões de diversidade sexual e de gênero. Ou seja, caso o juiz que irá sentenciar o caso de violência não tenha conhecimento e sensibilidade frente à comunidade lésbica, que provavelmente é a maioria dos juízes, dado o apagamento e discriminação que a comunidade sofre, a lei não será aplicada.

Fui a uma palestra uma vez em que um Juiz disse que não aplicava a Lei Maria da Penha em casais de Lésbicas porque não sabia quem era o homem da relação. Esses absurdos de incoerências judiciais acontecem todos os dias (Profissional de um Centro de Cidadania LGBTI+ Niterói). (Santos; Freitas, 2021, p. 210).

Conforme Amaral, Frayman e Rios (2023), ao citarem Alencar, Ramos e Ramos (2018), para além da resistência da sociedade ao reconhecer e nomear os relacionamentos abusivos homoafetivos, há também uma relutância da própria comunidade. Em concordância com isso, Santos e Freitas (2021) apontam, ao referirem o trabalho de Avena (2010), que a dificuldade para falar sobre este tema dentro da comunidade homossexual se dá por conta da discriminação cotidianamente sofrida por estes sujeitos, mas também por, ao assumirem a violência doméstica, terminarem reforçando “o estereótipo de que a homossexualidade é uma doença ou perversão” (Avena, 2010 apud Santos; Freitas, 2021).

Para além disso, Santos e Freitas (2021) discorre sobre as especificidades da oposição em nomear sobre violência nas relações lésbicas dentro da comunidade, de acordo com o autor “isso implica desmistificar a ideia de que as relações entre mulheres seriam totalmente igualitárias.” Isto significa que, ao atestar a possibilidade de haver relacionamentos abusivos lésbicos e compreender que esta comunidade pode sofrer violência doméstica, é necessário confrontar a idealização de que relacionamentos lésbicos e sapatões seriam simétricos, igualitários e zelosos.

Ainda sobre as particularidades da violência conjugal lésbica, Amaral, Frayman e Rios (2023) revelam que este tipo de abuso pode ser mais danoso que a violência masculina dentro de uma relação heterossexual, já que é comum que lésbicas e sapatonas não tenham uma rede de apoio funcional, inviabilizando-as de conseguir ajuda externa. Ao referenciarem Neal (2018), os autores afirmam que redes de apoio são essenciais para que uma mulher em situação de abuso consiga livrar-se do ciclo de violência. Para além deste obstáculo, é comum que lésbicas sofram estigmas e preconceitos ao buscarem ajuda também em instituições; dessa maneira, esta população tem pouco ou quase nenhum apoio externo em situações de violência (Santos; Freitas, 2021).

Isto posto, evidencia-se a necessidade de descortinar mais profundamente este assunto, já que os relacionamentos abusivos são um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos (Mika et al., 2021; Fonseca; Lucas, 2006 apud Amaral, Frayman e Rios, 2023). Assim, é imprescindível que redes de atendimento sejam sensibilizadas e capacitadas para o acolhimento especificamente das lesbianidades a partir do entendimento de que há

peculiaridades desta comunidade que devem ser levadas em consideração (Santos; Freitas, 2021).

Vale ressaltar que, como discutido anteriormente, a partir da lente da interseccionalidade, as violências dentro de relacionamentos, mas também nas vivências no geral, se agravam quando o olhar é voltado para determinadas populações dentro da comunidade lésbica. Segundo Polidoro et al. (2020), quando citam Benevides e Nogueira (2019), ao abordarem o tema da violência contra esta comunidade, apontam que as lésbicas trans estão em maior contexto de vulnerabilidade, dada a falta de reconhecimento e a exclusão sistemática que sofrem. Além disso, Silva et al. (2024), afirmam que por conta da “associação de vários status minoritários”, pessoas LGBTQIAPN+ não brancas possuem maior probabilidade de sofrerem violência por parceiro íntimo (VPI).

Outra problemática apresentada no levantamento sobre lesbianidades é sobre o acesso à saúde desta população. No artigo de Reis e Lopes (2020), os pesquisadores explicitam que as mulheres lésbicas têm seus acessos a serviços de saúde dificultados por conta de não performarem fisicamente e/ou em sua prática afetivo-sexual com o que é o ideal de mulher e feminilidade dentro de uma heteronormatividade e de um modelo biomédico de saúde. Ao não corresponder com esta normatividade, as lésbicas sofrem ataques que lhes causam desconfortos, sendo muitas vezes humilhadas, discriminadas, depreciadas e negligenciadas (Reis; Lopes 2020). Desse modo, ao não serem corretamente acolhidas, orientadas e cuidadas, as lésbicas são mais uma vez colocadas à margem e vulnerabilizadas, com uma grave dificuldade de acesso a um direito básico e essencial como a saúde. De acordo com Reis e Lopes (2020),

Ao entender a saúde da mulher lésbica como dispositivo em que estão presentes as relações de saber-poder, é possível refletir sobre o processo de invisibilidade dessa pauta nas políticas públicas de saúde, ao passo que a não difusão dessa ideia tem um caráter produtivo que favorece outros dispositivos para a manutenção da matriz cisheteronormativa (Carvalho, 2013 apud Reis; Lopes, 2020, p. 257).

Por fim, o assunto das homoparentalidades lésbicas surge também nas pesquisas sobre esta população. Poucos foram os trabalhos encontrados sobre a temática; apenas três artigos foram encontrados sobre este assunto. De acordo com Maia, Santos e Tombolato (2019), há ainda uma invisibilidade sobre as famílias compostas por mães lésbicas; além disso, os autores apontam que a psicologia brasileira pouco se debruçou sobre essas vivências, o que contribui para este desconhecimento.

No artigo “Inovações, Reproduções e Produções de mães lésbicas: uma revisão bibliográfica”, Pontes (2019) apresenta a questão da pouca ruptura dos casais lésbicos homoparentais com as normas heterossexuais existentes. Um exemplo da reprodução desta heteronormatividade seria a maior busca por filhos/as biológicos/as, mesmo existindo alternativas subversivas na forma de se ter um filho. Segundo Alfano (2009, p. 11) “a reprodução assistida tem sido mais frequentemente destinada à reiteration do modelo tradicional de reprodução biológica e social”.

Outrossim, ainda de acordo com Pontes (2019), é comum haver inauguração de um novo momento relacional entre estes casais homoparentais lésbicos e suas famílias de origem, quando essas mães têm seus filhos. Como se, ao se tornarem mães e darem netos a seus pais, houvesse uma maior aceitação do casal homoparental pelas famílias, já que assim elas se aproximaram de uma norma heterocentrada de família, sobrepondo, segundo Pontes (2019, p. 41), “a maternidade das mulheres lésbicas à sua orientação sexual.”

Assim, Pontes (2019) afirma que os filhos biológicos desejados, o casamento e o projeto parental que os modelos de famílias homoparentais vêm buscando, as aproximam da heteroparentalidade, para que talvez, deste modo, esta homoparentalidade possa ser legitimada, reconhecida socialmente, e para terem os direitos parentais e filiais que são garantidos por lei, assim como para as famílias heteronormativas. Entretanto, ao se encaixar neste modelo normativo heterocentrado de casamento e filiação, há uma manutenção deste padrão no lugar de referência e normalidade, fazendo com que haja uma reprodução da heteronormatividade dentro de relações lésbicas para que este casal possa ser legitimado.

A partir deste breve levantamento exploratório de artigos que abordam a temática das lesbianidades e sapatônicas, evidencia-se que apesar do recente aprofundamento acadêmico em temas que permeiam este assunto, ainda há muito o que se observar, levantar, analisar e pesquisar dentro das especificidades e singularidades destas vivências excluídas, apagadas e invisibilizadas. Conforme apontam Carvalho e Gonçalves (2019), há uma falta de conhecimento geral sobre as experiências e necessidades destas identidades; além disso, falta interesse e comprometimento acadêmico em produzir pesquisas sobre esta população. Ressalta-se que poucas são as experiências lésbicas que são socialmente legitimadas pela sociedade ainda atualmente, sendo comumente as que mais se aproximam das normatividades como as das mulheres cis, brancas, de classe alta, que performam feminilidade e pouco rompem com a expectativa do que deveriam ser, performar e desejar a partir de uma lógica binária, misógina e cisheteronormativa de feminilidade.

Desse modo, ao discutir essas identidades é necessário desvelar estruturas de poder, hierarquias sociais e apagamentos históricos que atravessam as vivências dessas existências dissidentes. As lesbianidades e sapatônicas, quando analisadas pela perspectiva interseccional, revelam a complexidade de suas formações, que não podem ser compreendidas de forma homogênea ou desvinculadas de marcadores como raça, classe, identidade e expressão de gênero. Como relata Dedê Fatumma em seu livro *Lesbiandade* (2023), sobre sua própria experiência:

É deste modo que estruturas de raça, classe, gênero e sexualidade, articuladas com categorias patologizantes das ciências biomédicas, tendem a me enclausurar, uma vez que a minha existência política sapatão é julgada como irregular e subverte as leis daqueles que “exercem seus podres poderes”. Eles, que me condenam como suja, anormal, imoral, desviante, doente e passível de tratamento, são encarregados de produzir diagnósticos e receitas com os “remédios” do moralismo, do fundamentalismo e da lesbofobia, direcionados para a minha forma de viver. (Fatumma, 2023, p. 20)

O estigma, a discriminação e a lesbofobia causam profundos sofrimentos e traumas, geram negligências no acesso a direitos, criam obstáculos cotidianamente na vivência destas pessoas e rompem com subjetividades que são violentamente negadas e apagadas.

3.2 Branquitude

Para se falar sobre branquitude no Brasil é imprescindível compreender como a sociedade deste país se estruturou e foi fundada. Desde a colonização e escravização da população negra, estes sujeitos são vistos como destituídos de humanidade, eram invisibilizados e violentamente transformados em mercadoria de exploração, tanto sexual quanto laboral (Sales, 2023). Após séculos de escravidão, formalmente liberta pela Lei Áurea, esta população foi deixada à margem, enquanto imigrantes europeus eram incentivados pelo Estado brasileiro a virem ocupar o país (Ribeiro, 2019 apud Hilário; Lima, 2023).

A passagem do modelo escravagista para o capitalismo dependente ocorreu por conta da exaustão do sistema de escravidão, das lutas internas realizadas pelas rebeliões e revoltas da população negra, bem como por outros abolicionistas, e pela combinação das pressões e interesses da burguesia internacional em "liberalizar a força de trabalho para ser livre, assalariada e consumidora" (Braga; Corato, 2021, p. 87). De acordo com Braga e Corato (2021, p. 83), “escravismo e capitalismo são duas faces da mesma moeda”, ou seja, para que um exista

é necessário que o outro exista também. Assim, compreende-se que a junção desses sistemas produziu conjuntamente consequências de importante análise para a história do Brasil.

Ainda segundo as autoras, é a partir da transição do trabalho escravizado ao trabalho livre assalariado que a desigualdade social, já existente anteriormente entre os escravizados e os senhores de terras, se instaura, e essa mudança no sistema econômico e social produz a desigualdade racial. Assim, os indivíduos negros, recém libertados, tornam-se parte da classe trabalhadora em desvantagem, não recebendo reparações socioeconômicas frente ao passado violento da escravização e, diferentemente dos imigrantes europeus, permanecem sem incentivos, terras, habitação, recursos e educação escolar (Braga; Corato, 2021).

No artigo “Lesbianidades Negras: da invisibilidade à luta por políticas públicas”, Braga e Corato (2021), por fim, evidenciam que as desigualdades sociais, econômicas e raciais são necessárias para a manutenção e funcionamento do sistema capitalista:

Nos marcos de uma sociedade capitalista, a divisão social, sexual e racial do trabalho tem uma profunda funcionalidade, pois, enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, servem objetivamente como mecanismos que posicionam os sujeitos na estrutura de classes sociais e sua estratificação, operando como elemento perpetuador do sistema de injustiças socioeconômicas e útil, portanto, à sobrevivência do sistema capitalista. (Braga; Corato, 2021, p. 90).

O incentivo à imigração europeia fazia parte de uma política nacional que tinha como objetivo embranquecer a população brasileira, fundamentada “na crença do racismo biológico de que negros representariam o atraso” (Ribeiro, 2019 apud Hilário; Lima, 2023, p. 4) e na ideologia da miscigenação, contrapondo a perspectiva de que a mistura de raças traria “degenerescência à nação”; a expectativa era de que a negritude desaparecesse, a longo prazo, a partir deste processo. Dessa forma, segundo Oliveira et al. (2019, p. 146), “quase sem registros de um tempo de escravidão, sonhava-se que os traços da negritude também se dissolvessem no modelo idealizado da branquitude”.

Segundo Oracy Nogueira (2006 apud Assunção, 2022) o preconceito no Brasil é de marca, isto é, um tipo de preconceito baseado nos processos de assimilação e miscigenação, tendo como expectativa a de que o branqueamento da população seria a solução para as diferenças raciais. Foi a partir deste processo que o Brasil foi constituído, assentado nessas ideologias, onde há a ideia de que existe uma suposta igualdade e democracia racial que impera e todos vivem harmoniosamente graças à mistura de raças. Já atualmente, evidencia-se que esta suposta igualdade não existe; o que de fato permanece é o mito da democracia racial.

Importante lembrar que raça é uma construção social, na qual não há validação em critérios biológicos. Entretanto, esse conceito é determinante na produção de símbolos, práticas e discursos que diferenciam as vivências daqueles que são brancos e não brancos (Guimarães; Zanello, 2022). Levando em consideração esta breve retomada histórica e social da formação brasileira, torna-se evidente que os indivíduos brancos no Brasil se beneficiam de privilégios herdados desde o modelo escravocrata de organização econômica e social do país. Estas vantagens se intensificam com o incentivo da imigração europeia e se perpetuam até os dias atuais (Braga; Corato, 2021).

Isto ocorre, segundo Ramos e Paulon (2023, p. 5), citando Quijano (2005), porque “raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista”. Assim, é a partir do processo colonizador e escravocrata, onde instaurou-se a política de embranquecimento da população, como discorrido anteriormente, que o branco se tornou o padrão universal de sujeito, como modelo de humanidade, e o movimento de branqueamento dos não brancos se torna um movimento macro e micropolítico (Maia; Tinoco; Zamora, 2023).

É deste modo que surge a branquitude, enquanto identidade racial dos brancos, a partir da modernidade colonial, baseada nas ideologias colonialistas e escravocratas de poder (Kumpera, 2019). Ao analisarem a tese de doutorado “Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo” - Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”, de Lia Vainer Schucman, Ramos e Carvalho (2022) expõem que a autora traz em sua tese o conceito de branquitude enquanto uma construção sócio-histórica que é produzida por uma falsa ideia de superioridade branca, onde aqueles indivíduos que se enquadram nesta identidade obtém privilégios simbólicos e acessam recursos materiais que não estão disponíveis aos não brancos.

Ainda segundo Ramos e Carvalho (2022), Schucman (2012) também afirma em sua tese que enquanto os signos culturais negros só deixam de ser reprimidos, desqualificados e criminalizados quando apropriados e embranquecidos, como o samba e a capoeira, “os brancos possuem privilégios para todos os seus signos culturais”. Isso se dá pois, ainda conforme Schucman (2012), apud Ramos e Paulon (2023), ao falar sobre estes privilégios simbólicos, revela que a partir da “concepção estética e subjetiva da branquitude” adquire-se um sentido de desvalorização para os atributos não brancos e de supervalorização das particularidades simbólicas brancas. Isto resulta em um apagamento de corpos, culturas, epistemologias e subjetividades, como também implica em uma desumanização dos indivíduos não brancos.

Portanto, a construção social da branquitude se dá a partir da negação do outro, que é lido enquanto outro à medida que a branquitude não nomeia a si mesma, mas impreterivelmente

tem a necessidade de demarcar aquele que é diferente e se distancia de sua própria construção social de humanidade e subjetividade universalizada. Destarte, como explicita Piza (2016, p. 94), "o silêncio sobre sua própria racialidade [branca] faz exacerbar a racialidade do outro". Em consonância com isso, há um processo histórico de apagamento das condições dos indivíduos brancos sobre eles mesmos, que resulta em uma desracialização branca, onde, ao se entender enquanto sujeito neutro e universal, não reconhece as implicações de sua própria racialização e branquitude enquanto identidade. Como discorrem Carvalho e Schucman (2022, p. 13),

Uma das características mais marcantes da branquitude é que, ao mesmo tempo em que é caracterizada como um lugar de privilégio racial, social, econômico e político, do ponto de vista subjetivo ela não é experienciada como tal pelos sujeitos brancos, que experienciam o mundo, através de sua branquitude, como um mundo neutro e não-racializado.

Maria Aparecida Bento (2016) explica que a branquitude deve ser lida enquanto um contrato subjetivo que não é verbalizado, mas que as novas gerações brancas que nascem impreterivelmente terão a garantia de se beneficiarem de todos os privilégios que foram acumulados “por décadas de supremacia branca”, devido ao fato de terem nascido brancas. Evidencia-se, deste modo, que existem vantagens sobre esta falta de reconhecimento e sobre o não-dito na ocupação deste lugar. Uma das estruturas da branquitude que permitem essa permanência de privilégios é o mecanismo nomeado pela autora como “pacto narcísico da branquitude”, que é uma aliança inconsciente entre este grupo de indivíduos na qual os brancos silenciam sobre as estruturas raciais que mantêm seus privilégios e se desresponsabilizam sobre as desigualdades raciais, ocultando a exploração que essa estrutura produz.

Assim, este não reconhecimento branco sobre sua racialidade e identidade permite a manutenção de privilégios, a isenção desses sujeitos frente às desigualdades raciais, a não responsabilização do racismo e discriminação, a perpetuação do lugar de poder ocupado por esses indivíduos na sociedade e a não implicação sobre o passado colonial e escravocrata do qual os brancos herdaram seus privilégios sociais, econômicos, raciais e políticos ainda na atualidade. Maria Aparecida Bento (2016) escancara e explica a problemática e motivação da falta de reflexão dos indivíduos brancos sobre o lugar que ocupam na sociedade:

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. (Bento, 2016, p. 55).

Segundo Lyra et al. (2023), o racismo é um elemento central na formação das subjetividades, tanto de pessoas negras quanto das não negras, e influencia a forma como todos os sujeitos irão experienciar as relações raciais. Um fator que dificulta o reconhecimento da própria branquitude pelas pessoas brancas, conforme Munanga (2017), apud Sales (2023), é a forma como se deu a construção histórica do racismo no Brasil: o racismo à brasileira. Diferentemente de outros países onde o racismo foi oficializado por meio de leis segregacionistas, no Brasil, onde a superioridade racial branca não foi manifestada abertamente em leis, ou seja, foi escamoteada, há uma falta de reconhecimento do racismo individual e a falsa convicção na ideia de uma democracia racial.

Após esta breve contextualização histórica, a apresentação da construção da branquitude e suas subjetividades, é também fundamental expor que a invisibilização desta pauta se dá do mesmo modo na academia e nas pesquisas. De acordo com Ramos e Carvalho (2022a), a terminologia branquitude data dos anos 1990, embora a racialização do branco já tenha sido tratada anteriormente. O conceito é construído a partir de duas intelectuais, a psicóloga afro-americana Janet E. Helms (1992) e a socióloga britânica Ruth Frankenberg (1995), que evidenciam a branquitude como resultante da estrutura colonialista (Ramos; Carvalho, 2022a).

Em relação aos estudos da branquitude no campo da psicologia, no ensaio “Todos têm a mesma cor? Um levantamento sobre a produção brasileira sobre branquitude”, as autoras Ramos e Carvalho (2022a) constataam que as pesquisas realizadas neste campo até 2018 com a temática da branquitude ainda são exíguas e denunciam que os currículos de graduação para formação de psicólogos não abordaram, até o ano citado, como referência bibliográfica, os estudos já existentes antirracistas. As autoras expõem que a introdução deste assunto no Brasil se deu anteriormente às políticas públicas afirmativas étnico-raciais, tendo como precursora a pesquisadora e psicóloga social Edith Piza, nos anos 2000.

Edith Piza (2016) usa a metáfora da “porta de vidro” para discorrer sobre a branquitude. Para ela, os indivíduos brancos têm dificuldade de enxergar sua própria identidade, mas essa “porta de vidro”, supostamente inexistente e ocultada historicamente, é um eficaz mecanismo que barra e divide, simbólica e estruturalmente, os brancos e os não brancos. Para a branquitude essa barreira transparente é imperceptível, mas impacta fortemente as experiências vividas pelo outro, que tem seu acesso impedido através da porta. Dessa maneira, a autora conclui que a experiência de uma pessoa branca ao se racializar seria como sofrer um grande abalo: “bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo [...] Isto resume, em parte, o descobrir-se racializado” (Piza, 2016, p. 90).

Outrossim, corroborando com o entendimento branco de si enquanto figura neutra e desracializada, discorrida anteriormente, Piza (2016) explicita que a partir da construção da branquitude enquanto neutralidade racial, o branco é visto como “indivíduo”, já o negro é visto como uma “coletividade racializada”. Em outros termos, “um branco é apenas e tão somente o representante de si mesmo [...]. Um negro, ao contrário, representa uma coletividade racializada em bloco” (Piza, 2016, p. 87).

Segundo Oliveira et al. (2019), no artigo “Raça e Política de Assistência Social: produção de conhecimento em Psicologia Social”, a psicologia enquanto campo de conhecimento e ciência constitui-se como um projeto político que visa enquadrar determinados grupos sociais em posições específicas, e no Brasil esses grupos são representados pela população negra e por descendentes de indivíduos escravizados. Desse modo, evidencia-se que a psicologia tem uma base colonizadora, eurocêntrica, heterocentrada e masculinista.

Conforme o disposto acima, o conhecimento da psicologia se dá a partir de saberes brancos, sustentados por corpos brancos, para cuidar, acolher e manejar subjetividades brancas. Isto posto, segundo Oliveira et al. (2019), a análise da branquitude é escassa dentro da psicologia social e reproduz a brancura como ideal, não possibilitando o debate sobre os privilégios raciais. Ademais, de acordo com Ramos e Carvalho (2022b), as formações dos profissionais de psicologia estão orientadas na ideologia de uma humanidade universal, descolada de um contexto histórico e social, onde o funcionamento do psiquismo humano seria igual entre as distintas populações racializadas e os sofrimentos de cada um se restringe ao campo psicológico, sendo este limitado ao individual e familiar.

Ainda segunda as autoras, esses saberes sustentados na ideia de um mundo branco, universal e verdadeiro, resultam na produção de conhecimentos sobre patologias psicológicas que são impostas às pessoas negras, reduzindo seus sofrimentos — que são também resultantes de uma estrutura historicamente opressiva e desumanizante — a uma questão individualmente psíquica (Ramos; Carvalho, 2022b). Negligencia-se, assim, o cuidado, o tratamento e a atenção psicológica a grande parte da população do país. Essa constatação corrobora com o que Fanon (1980/2008) conceitua no livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, quando afirma que o fator psicanalítico individual não é suficiente para explicar o trauma negro, sendo necessária uma abordagem sociogênica para ser possível dimensionar o sofrimento desta população, para compreender como o racismo se constitui historicamente e se inscreve na subjetividade negra.

Para além de Fanon (1980/2008), Edith Piza (2016) e Maria Aparecida Bento (2016), existiram muitas outras autoras que também foram pioneiras nos estudos sobre branquitude e relações étnico-raciais no campo da psicologia. Segundo Ramos e Carvalho (2022b), os estudos

realizados por Virgínia Bicudo, Neusa Souza Santos, Isildinha Baptista e Iray Carone, mulheres em sua maioria negras, evidenciam a existência de bibliografias sobre esses temas neste campo. Portanto, a ausência dessas autoras sobre os referidos assuntos nos currículos acadêmicos de cursos de psicologia, seja no âmbito da graduação ou na pós-graduação, até os tempos atuais, explicita, segundo Ramos e Carvalho (2022a, p. 4), “uma proposital invisibilização dessas autoras nos meios acadêmicos, devido ao racismo e ao epistemicídio.”

Diante do exposto, torna-se evidente que há uma lacuna na formação acadêmica de psicologia em relação à questão racial, fazendo com que os profissionais que são formados para trabalhar com uma diversidade de populações, cada uma com seus atravessamentos sociais, estejam desqualificados para lidar com grande parte das subjetividades dos brasileiros que não se enquadram no padrão branco normalizado enquanto universal (Ramos; Carvalho, 2022b). Tatiana Gomez Espinha (2017) apud Ramos e Carvalho (2022b), apontam que há uma valorização da formação técnica nos cursos de psicologia, em detrimento de um esvaziamento de conteúdos críticos e históricos, algo que é paulatinamente mais requisitado pelo mercado de trabalho. Além disso, a pesquisa afirma que “os currículos conservadores em Psicologia contribuem para a manutenção das desigualdades sociais pela elite branca brasileira” (Espinha, 2017 apud Ramos; Carvalho, 2022a, p. 5).

Assim sendo, do mesmo modo que as categorias de classe e de gênero são constitutivas das individualidades e subjetividades, a categoria raça também é um fator que classifica, constitui e hierarquiza os indivíduos dentro da sociedade (Ramos; Carvalho, 2022a). Conforme a teórica feminista afro-americana bell hooks (2017), apud Oliveira et al. (2019), há uma urgência para que os pesquisadores reconheçam seus papéis de cumplicidade “na aceitação e perpetuação de todos os tipos de parcialidades e preconceitos”, sendo necessário também observar e analisar criticamente as produções de conhecimento que são fundamentadas por uma lógica epistemicida (Carneiro, 2005).

A escritora Edith Piza (2016), ao utilizar sua metáfora sobre a branquitude enquanto uma “porta de vidro”, discorre que apesar da invisibilidade desta “porta” enquanto barreira que os sujeitos brancos não reconhecem, há brechas e vãos que possibilitam observar as estruturas da porta, ou seja, pequenas aberturas que permitem vislumbrar e problematizar a existência da branquitude enquanto identidade racial de poder. Com isso, torna-se possível pensar criticamente a branquitude como parte ativa nas relações raciais: “à medida que se vai buscando os sinais dessa suposta ‘invisibilidade’, vai-se também descobrindo os vãos da porta” (Piza, 2016, p. 91).

Em concordância com este argumento, no artigo “A contribuição dos estudos críticos da branquitude para compreensão do preconceito racial na psicologia social”, os autores Carvalho e Schucman (2022) apresentam o conceito de *suturação* e de *de-suturação*, do filósofo afro-americano George Yancy (2015). Para o filósofo, os indivíduos brancos vivem um processo de *suturação*, no qual eles criam mecanismos de proteção e bloqueio, onde eles não conseguem descortinar a própria branquitude ou reconhecer o racismo cotidiano intrínseco ao espaço que ocupam na sociedade. Yancy (2015) defende que os sujeitos brancos precisam passar por um processo de *de-suturação*, ou seja, remover as suturas, para que possam vislumbrar a realidade racializada do mundo, as violências e desigualdades raciais e os privilégios da branquitude. Esse processo, de acordo com Carvalho e Schucman (2022), é ininterrupto,

A de-suturação é descrita por Yancy como uma experiência emocional de dor, des-conforto e desorientação, em que as ações e oportunidades não são mais percebidas como neutras, mas como profundamente racializadas. [...] De-suturar-se envolve aprender a permanecer com a dor e a desorientação da verdade sobre a própria branquitude, é uma posição de observação constante. (Carvalho; Schucman, 2022, p. 14).

Em síntese, os estudos sobre a branquitude, principalmente aqueles dentro da área da psicologia, demonstram a urgência em se discutir e estudar a branquitude enquanto identidade racializada que é responsável pela manutenção de desigualdades raciais. Para além disso, estes trabalhos apontam também para possibilidades da branquitude reconhecer o lugar que ocupa na sociedade e os privilégios que possui, evidenciando que existem formas de pensar essa identidade criticamente e de modo transformador.

3.3 Relacionamentos Interraciais

Discutir sobre as relações afetivo-sexuais interraciais no Brasil torna-se fundamental quando se compreende o modo como esta sociedade foi construída fundada no embranquecimento da população não branca através da miscigenação, como exposto anteriormente no tópico sobre a branquitude. Importante ressaltar que este processo foi romantizado de diversas formas em diferentes períodos com intuito de construir um imaginário positivo sobre a mistura de raças e sobre a valorização do embranquecimento, que não se deu majoritariamente de modo voluntário e livre.

Um exemplo disto é o livro *Iracema* de José de Alencar, que se passa no início da invasão portuguesa colonizatória no Brasil e retrata o romance de uma indígena com um português. Diferentemente do retratado no romance, escrito logo após a independência do país, com o intuito de consolidar uma cultura nacional e representar a origem da nacionalidade brasileira, sabe-se hoje que mulheres indígenas foram violentadas sexualmente, escravizadas e passaram por um genocídio juntamente com sua população. Já em 1933, quando Gilberto Freyre escreveu *Casa Grande e Senzala*, clássico ostensivamente conhecido, ele representou também a formação brasileira positivando e romantizando a mestiçagem (Moutinho, 2004).

Conforme o apresentado, é possível concluir que foi retratado desde o início da formação do Brasil, com o processo colonizatório inicialmente com a população indígena e após com a população escravizada negra, que existiu uma positividade sobre a mistura de raças na formação da população brasileira. De acordo com Sales (2023, p. 1094), “a importância atribuída à miscigenação no debate ideológico-político da construção de uma identidade nacional gerou a crença em uma democracia sustentada sobre a harmonia entre as raças”.

Somada à ideia da democracia e igualdade racial, como cita Shucman (2023, pág. 67), “como dizem Roger Bastide e Florestan Fernandes: “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”, sendo assim o Brasil um país onde ocorre cotidianamente crimes de racismo, mas onde não há pessoas racistas. Ao depreender sobre essa negação do racismo, sobre a valorização da identidade e dos corpos brancos em uma sociedade colonizadora e com herança escravocrata, o lugar que a branquitude ocupa e a forma que pode transitar a partir do entendimento de sua neutralidade e universalidade, infere-se a potencialidade de que, ao se relacionar interracialmente, os brancos podem reproduzir este lugar de poder na sociedade construído historicamente, dentro das relações.

As relações afetivas raciais são marcadas por hierarquias raciais, nas quais a branquitude agencia através de um espaço de poder simbólico e afetivo, socialmente construído. Ser branco no Brasil significa se beneficiar de privilégios simbólicos e materiais que estão dispostos apenas para esta população e que são determinados fenotipicamente (Schucman, 2023), mas que silenciosamente não são nomeados e nem vistos como determinantes deste lugar.

A autora Lia Vainer Schucman (2023), no livro “Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor”, expõe que apesar de grande parte das famílias brasileiras serem raciais, poucos são os estudos da psicologia que investiguem como se dá as hierarquias raciais, ou seja, como estes agrupamentos se estruturam internamente. E, aquelas pesquisas que têm como intuito analisar os casamentos e famílias raciais no Brasil, terminam por focalizar suas

problematizações nos indivíduos negros, analisando superficialmente que essas relações ocorrem como forma de ascensão social e embranquecimento desses sujeitos, não mencionando a implicação branca na relação.

Ainda de acordo com Schucman (2023), é primordial olhar para como as interseccionalidades entre raça, gênero e classe determinam as escolhas afetivo-sexuais. Ao mencionar a pesquisa de Laura Moutinho, “Razão, cor e desejo”, Schucman (2023) defende que a seleção de um/a companheiro/a é atravessada por questões de raça, classe e gênero e que esses marcadores “estabelecem os valores no mercado dos afetos” (Schucman, 2023, p. 26). Ou seja, a autora afirma que as relações de poder e opressão influenciam essas escolhas que são histórica e socialmente construídas.

Para exemplificar isto, Schucman (2023) discorre sobre como, ao selecionar uma parceira, tanto os homens negros como os homens brancos selecionam majoritariamente mulheres brancas em detrimento as mulheres negras, que “são as menos preferidas para uma união afetiva estável” (Schucman, 2023, p. 25). Corroborando com essa afirmação, Hilário e Lima (2023) contribuem para essa discussão nomeando sobre o imaginário performático sexual da mulher negra, que se sustenta na ideia de que ela só serviria para relações sexuais, mas não seria boa o suficiente para um casamento.

Em conformidade com isso, Medrado (2024) argumenta que há uma construção subjetiva dos desejos dos sujeitos que é influenciada pelos estímulos dos quais todos estão suscetíveis; em outros termos, os desejos, afetos e vontades não são neutras. A pesquisadora explora a ideia do fetiche colonial, que é branco, cisheteronormativo e higienista, enquanto construção que direcionam as vontades e desejos. Seria a partir dessa construção fetichista que os indivíduos passam a almejar aquilo que o sistema colonial coloca enquanto ideal: “o branco, limpo, cisgênero, magro, sem deficiência”, travando assim uma “guerra colonial contra corpos dissidentes” (Medrado, 2024).

Posto isso, como se dão os relacionamentos afetivo-sexuais interracialis e quais os mecanismos e negociações que ocorrem internamente nessas relações para que ocorra o convívio entre as diferenças, que podem se tornar desigualdades, a partir do silenciamento branco sobre sua branquitude potencialmente opressora? Schucman (2023, p. 32) busca compreender como “membros de famílias inter-raciais formadas por negros e brancos negociam, formulam, reformulam e produzem sentidos de raça e de racismo dentro das suas dinâmicas”.

A autora alerta que sua análise se dá sobre famílias interracialis entre brancos e negros, exclusivamente heterocentradas e com filhos biológicos (Schucman, 2023). Assim, com a

exposição a seguir, não há intenção de generalizar os achados desta pesquisa, mas sim acompanhar pistas sobre como essas relações e famílias se constroem e as problemáticas internas delas, para que seja possível refletir sobre outras configurações de contextos relacionais, inclusive dissidentes, mas com o mesmo atravessamento da interracialidade.

Segundo Schucman (2023), o que define alguém racialmente no Brasil são os fenótipos, não havendo abertura para que a autoclassificação se dê através da “identificação com a cultura afro-brasileira ou com a história de seus ancestrais” (p. 31). Ao mencionar a pesquisa de Hordge-Freeman, “A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras”, a autora retoma a discussão que Hordge-Freeman apresenta em seu trabalho, no qual aponta que, dentro de famílias negras, aquelas pessoas que tinham traços fenotípicos mais próximos de uma estética da branquitude recebiam mais afeto familiar.

Neste sentido, Schucman (2023) apresenta a ideia de que é comum que dentro de famílias interraciais haja uma negação da origem negra da família e uma supervalorização e manutenção da memória dos antepassados brancos. A partir das entrevistas com essas famílias, a autora constata que um dos mecanismos que habitam esses conjuntos familiares é a negação da parte branca sobre a parte negra. Sendo assim, o amor só se torna possível nestes casos quando há a negação da negritude do outro, quando o sujeito branco fica “cego” sobre a cor e raízes daquele com quem se envolve afetivamente: “a cegueira é um componente decisivo, que opera no funcionamento do mecanismo da negação: é necessário não enxergar a cor para que seja possível se apaixonar” (Schucman, 2023, p. 43).

Além disso, a pesquisadora defende que esta negação não se dá em relação a cor em si do outro, mas sim sobre o que significaria, dentro de uma sociedade racista, nomear seu/sua familiar como negro/a. Desse modo, para se distanciar do entendimento racista de “ser negro”, os indivíduos brancos dentro destas relações negam a negritude do outro, mantendo e legitimando “os significados negativos construídos sobre o negro, sem precisar rever, ressignificar ou desconstituir o racismo” (Schucman, 2023, p. 39) em que foram socializados. Há dessa forma, um racismo velado que tem como característica uma violenta negação das pessoas negras da família. De acordo com Jurandir Freire Costa apud Schucman (2023, p. 42),

[...] a violência racista do branco é exercida, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um ideal de ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo.

Em concordância com isto, em relação ao sofrimento negro, Fanon (2008) expõe no livro “Pele Negra, Máscara Branca” o modo como a dominação colonial e o racismo internalizado adentram a subjetividade negra e influenciam suas relações afetivo-sexuais. Segundo o autor, quando o homem negro e a mulher negra buscam pessoas brancas para se relacionarem, essas escolhas frequentemente representam uma tentativa inconsciente de fuga da negritude e procura por valores brancos. Fanon (2008, p. 69) apresenta o seguinte diálogo que representa este funcionamento: “não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco. [...] quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco”.

Além disso, outra autora que corrobora esta construção teórica é Neusa Santos Souza no livro “Tornar-se Negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”. Souza (1983) aborda sobre como há um ideal de brancura que é internalizado pelos indivíduos negros que toma seus egos, instância que o organiza enquanto indivíduo, e o faz buscar por padrões brancos de referência para a própria identidade. A autora discorre: “o negro tomou o branco como identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente” (Souza, 1983, p. 18). Entretanto, para a autora, este ideal de ego é inatingível.

Retomando a construção de Schucman (2023), ao constituir famílias interracialis, onde a branquitude com seus processos de subjetivação opera neste lugar extremamente violento da negação, subjugação e apagamento do outro, os indivíduos negros estão sujeitos também a sofrer racismo ao adentrar a família branca de seu/sua companheiro/a, sendo o conceito de raça uma “categoria divisória até mesmo nas redes e ‘solidariedades’ típicas de famílias” (p. 85). Além disso, a autora expõe que há no imaginário social uma ideia de que todos os membros daquilo que é entendido por família são semelhantes, levando-a a concluir que quando há diferenças fenotípicas em um conjunto familiar haveria necessariamente uma ruptura dos laços de sangue.

Uma hipótese de por que isso acontece poderia estar relacionada ao fato de que o exemplo que os sujeitos têm como referência no imaginário social são as “famílias tradicionais margarina” que defendem a ideia de um amor branco, cisheterocentrado e “padrão”. Medrado (2024, informação verbal) denuncia que “a branquitude tenta deturpar, sexualizar e silenciar o amor não branco, historicamente”, colocando-se mais uma vez neste lugar de universalidade, neutralidade, superioridade e ideal, ao constituir esta referência e negar o que vem do outro.

Ao discorrer sobre a família Oliveira, Schucman (2023) traz indícios sobre como uma mulher branca declaradamente racista termina por se relacionar com um homem negro e gerar filhos dessa relação. Sem o intuito de esgotar as interpretações sobre o que motivou a construção

dessa família, segundo relato sobre as ponderações da própria filha do casal é que “o discurso da branquitude [da mãe] aparece como um dos únicos dispositivos de poder para uma mulher muito vulnerável à situação de pobreza e à discriminação de gênero” (Schucman, 2023, p. 74), sendo esta relação uma possibilidade de concretizar um poder que ela não encontra nos outros contextos que vive.

Já um exemplo oposto a este, narrado no mesmo livro (Schucman, 2023), é o da família Albertini, na qual Jussara, uma mulher autodeclarada branca, casa com Guilherme, um homem auto classificado como moreno, e tem três filhos: Dulce e Daniel, que se autodeclaram negros, e José, autodeclarado branco. A partir da entrevista realizada com todos os componentes da família, a autora relata que no início do relacionamento de Jussara e Guilherme, raça era algo invisibilizado e desconsiderado por parte do casal. Entretanto, após a convivência de Jussara com seu marido e com seus filhos, ela passou a notar as diferentes experiências que os indivíduos brancos e negros de sua família tinham ao existir na sociedade e as situações de racismos vivenciadas por Guilherme, Dulce e Daniel.

Neste caso, Jussara não só toma consciência das distinções raciais, alterando sua percepção e entendimento sobre o assunto, percebendo a “alteridade apenas como alteridade” (Schucman, 2023, p. 107), como também reconhece situações nas quais ela mesma foi racista. Ao refletir e mudar sua visão, ela se torna uma figura essencial para que seus filhos negros construíssem suas identidades discernindo sobre o racismo estrutural e podendo constituírem-se positivando sua negritude. Essa mudança se dá a partir da convivência de Jussara com sujeitos negros, sendo essas relações familiares fundamentais para que ela entrasse também em contato com sua branquitude. Seguindo o exemplo da mãe, José também se letrou a partir de suas relações familiares: “José, o filho branco, também demonstrou empatia racial com os irmãos, solidariedade às vítimas do racismo, consciência do valor simbólico da branquitude e uma crítica efetiva ao racismo” (Schucman, 2023, p. 103).

A família Albertini foi a única das entrevistadas que comprovou a hipótese da autora de que a partir de experienciar vivências e afetos no interior de famílias interracialas os indivíduos brancos poderiam desconstruir o racismo presente na sociedade. Em contraposição, as famílias Alves e Gomes “negaram a existência da negritude dos cônjuges como mecanismo de sustentação de um racismo velado” (Schucman, 2023, p. 101). O conceito psicanalítico da negação foi fundamental para compreender como a construção racial das relações acontece no Brasil. Através desta produção, torna-se evidente que um indivíduo pode: “1) ser contra o racismo; 2) achar que o racismo é um mal que todos devem combater; 3) casar com negros; e, ao mesmo tempo; 4) ser racista.” (Schucman, 2023, p. 111).

Desse modo, Schucman (2023) explicita que existe a possibilidade de hierarquias raciais social e historicamente construídas continuarem sendo legitimadas, mesmo dentro de relacionamentos interracialis de amor e afeto. Para que ocorra a desconstrução do racismo dentro das relações interracialis, a mudança passa não apenas pelas escolhas afetivas, mas fundamentalmente por um enfrentamento consciente das estruturas de poder, podendo a família ser “um dos espaços privilegiados para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento, acolhimento e elaboração da violência racista vivida na sociedade de forma mais ampla” (Schucman, 2023, p. 112) e não um lugar de reprodução e manutenção do racismo estrutural.

4 (IN) CONCLUSÃO

Esta pesquisa tinha como intuito realizar uma reflexão sobre a atuação da branquitude dentro das relações afetivo-sexuais interracialis lésbicas e sapatônicas a partir de um levantamento bibliográfico exploratório. Frente aos artigos levantados e discutidos, é possível concluir sobre a necessidade e importância de se falar sobre o ponto de encontro dos assuntos das lesbianidades, branquitude e interracialidade. Entretanto, pouco é possível concluir sobre a encruzilhada entre esses temas, dado que foram escassas as pesquisas que abarcam essas interseccionalidades.

Um único artigo que contempla completamente o objetivo deste trabalho foi encontrado e o achado não faz parte da revisão bibliográfica efetuada. Ele se encontra na publicação nomeada “Arco-íris para quem? (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas” (Brunetto; Tagliamento, 2021), da Rede Lésbi - Rede de Pesquisadoras e Ativistas Lésbicas e Bissexuais do Brasil, que foi encontrado antes do início deste trabalho de conclusão e que, inclusive, impulsionou posteriormente a definição do tema de estudo. Deste modo, este trabalho buscou realizar um levantamento dos assuntos das lesbianidades/sapatônicas, branquitude e interracialidade em artigos que se voltavam para cada um deles individualmente, a partir da lente da psicologia, na tentativa de encontrar justamente o ponto em que esses temas poderiam se encontrar.

A partir do levantamento realizado, observa-se que há pouca produção acadêmica sobre o tema das lesbianidades, e principalmente das sapatões, gerando um desconhecimento sobre suas vivências, subjetividades e necessidades (Gonçalves; Carvalho, 2019). Gonçalves e Carvalho (2019) destacam que a memória dessa população é constantemente apagada, as fontes que relatam os amores vividos entre mulheres são escassas e insuficientes, resultando em uma tarefa que requer a recuperação de fragmentos para que seja possível uma tentativa de contar essa história clandestina. As autoras apontam também que a invisibilidade dessa sexualidade se relaciona diretamente com o machismo e o racismo, sendo todas essas formas de discriminação conjuntamente inseridas em uma estrutura histórica e socialmente arraigada na heteronormatividade.

Assim como as lesbianidades, o tema da branquitude e da interracialidade é pouco explorado dentro das ciências psicológicas. Com base nas reflexões produzidas no tópico sobre a branquitude, evidencia-se que até este momento grande parte das teorias e práticas produzidas pela psicologia parte do conceito de um sujeito universal e desracializado, tendo como ponto de partida um ideal eurocêntrico, masculino e heterocentrado. A pesquisa “A cor da psicologia:

um estudo sobre o estado da arte da psicologia sobre branquitude”, de Ramos e Carvalho (2022b), aponta que o curso de graduação de psicologia é majoritariamente branco. A partir das pesquisas que tensionam as subjetividades e mecanismos de manutenção da branquitude, compreende-se os motivos da não reflexão e não tensionamento sobre a própria identidade desses indivíduos que estão produzindo e pensando a psicologia brasileira.

De acordo com Assunção (2022), a base histórica e crença ideológica da superioridade de um grupo sobre outro é a mesma, tanto para o processo colonizatório em relação às raças, que definiu quem era humano — legítimo a dominar — e quem não era humano — disponível para ser sujeitado —, quanto para o processo colonizatório que incentivou o sexismo e a heterossexualidade enquanto norma a ser mantida e seguida. Ou seja, segundo a autora, foi oportuno para o sistema patriarcal e misógino alienar e controlar os corpos subordinados aos papéis de gênero e a heterossexualidade compulsória, assim como para o sistema colonizatório e escravocrata realizar o genocídio dos corpos e histórias negras, impondo-lhes os moldes da branquitude a partir de um investimento na subordinação desses corpos utilizando como mecanismo a imposição de uma dominação racial e sexual, sendo assim, o único modo de realizar a manutenção de um sistema calcado em normas que produzem desigualdades, apagamentos, invisibilização e mortes. Assunção (2022) expõe:

Assim como a fundação do capitalismo ocidental dependeu do tráfico de escravos no Atlântico Norte, o sistema de dominação patriarcal se sustenta pela sujeição das mulheres através de uma heterossexualidade obrigada. Assim, os patriarcas têm de cultivar o par homem-mulher como algo "natural", para manter as mulheres (e os homens) heterossexuais e obedientes, da mesma maneira que o europeu teve que cultivar a superioridade caucasiana para justificar a escravidão dos africanos. (p. 92).

Fundamentado nestes entendimentos e apoiado na teoria da interseccionalidade apresentada no tópico das lesbianidades, evidencia-se a necessidade de refletir e analisar a atuação da branquitude nos relacionamentos afetivo-sexuais interracialis lésbicos e sapatão. É indubitável que as lésbicas brancas e as lésbicas negras ocupam lugares distintos na hierarquia social. Costa, Gonçalves e Oliveira (2022, p. 1999) afirmam que essas mulheres “não compartilham dos mesmos espaços, da mesma (in)visibilidade, nem das mesmas possibilidades de afeto e relações. Assim, segundo Kumpera (2019), “dada a pluralidade de experiências que atravessam as lésbicas, torna-se necessário compreender os impactos do privilégio branco na própria condição lésbica” (p. 141).

Ainda, segundo a autora, embora as lésbicas brancas, no Brasil, possam estar sujeitas a violência lesbofóbica de diversas formas, por romperem com a heterossexualidade compulsória, elas ainda assim se beneficiam de privilégios da branquitude. Há uma posição de poder estabelecida histórica e socialmente, na qual mesmo que essas pessoas possam sofrer exploração e opressão, diferentemente das mulheres negras que não tem um “outro” com que possam fazer o mesmo, as mulheres brancas podem explorar e oprimir as negras (Polidoro et al., 2021). Ou seja, segundo Kumpera (2019), as lésbicas brancas “possuem uma posição de poder construída historicamente frente às lésbicas negras e, inclusive, frente a outros sujeitos marginalizados por mecanismos de classe e raça/etnia” (Kumpera, 2019, p. 139).

Gonzalez (2018), apud Braga e Corato (2021), faz uma crítica fundamental neste sentido para o movimento feminista tradicional. Explorando esta constatação sobre a desigualdade racial entre as mulheres, a autora aponta que para que fosse possível as mulheres brancas conquistarem seus direitos se emancipando e atingindo a liberdade que desejavam, essas possibilidades só se concretizaram mediante a exploração da força de trabalho das mulheres negras. Braga e Corato (2021) adicionam que as transformações sociais que o movimento feminista homogeneamente branco realizou não se universalizou e não se estendeu às mulheres negras.

Posto isto, a formação, construção e subjetivação das identidades das lésbicas brancas devem ser analisadas a partir desse lugar duplo e dialético de oprimido/opressor, dado que ao mesmo passo que elas estão sujeitas a violências de gênero e lesbofobia, sua branquitude as transportam para um lugar de aprovação social, permitindo acessos e deslocamentos que possivelmente as protejam dessas discriminações em determinados espaços (Kumpera, 2019). Vale lembrar que a intersecção dos outros diversos marcadores complexifica e transporta essa discussão para levar em conta outros fatores que também interferem nas hierarquizações de poder dentro das relações, como classe, cisgeneridade, idade etc.

Em diálogo com isto, os estudos sobre os relacionamentos afetivo-sexuais e famílias interracialis apontam que, apesar da existência de amor e afeto dentro de uma relação interracial, há sempre o potencial da reprodução de violências raciais, de desigualdades e hierarquias dentro desses vínculos. Entretanto, há também um exemplo de desconstrução do racismo histórico e socialmente aprendido a partir dos vínculos afetivos, resultando em uma relação possível onde a branquitude se põe em constante questionamento e busca ativamente não reproduzir violências com seu parceiro e familiares. Os exemplos apresentados a partir dessas produções se dão com a observação de relacionamentos heterocentrados, no entanto, a partir das construções acima sobre as lesbianidades brancas, juntamente com os estudos sobre

interracialidade, é possível construir paralelos e hipóteses sobre como se dão os relacionamentos afetivo-sexuais interraciais lésbicos e sapatões. Não obstante, só seria possível teorizar e buscar conclusões sobre esse tema a partir de estudos aprofundados e extensos.

Isto posto, em conformidade com o levantamento realizado e com a discussão empreendida até o momento, é possível estabelecer um diálogo inicial entre os estudos feitos sobre lesbianidades e sapatônicas, branquitude e relações interraciais. Entretanto, é necessário observar, analisar e aprofundar as discussões para que assim seja possível desenhar hipóteses e conclusões sobre o ponto de encontro desses temas. Fica evidente com essa pesquisa que é fundamental superar entendimentos comuns sobre a suposta igualdade racial existente na nossa sociedade, sendo necessário devolver à branquitude a responsabilização das violências e desigualdades reproduzidas e perpetuadas por ela. Também se faz necessário desconstruir e desmistificar a ideia de que uma relação lésbica, por ser composta por pares, seria mais igualitária, acolhedora e cuidadosa. O reconhecimento destas ideias e o confronto com a ausência de estudos sobre estes temas são um primeiro passo para pensar caminhos para relações menos desiguais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra. 2020. 152p.

ALFANO, B. **Reprodução e biopolítica**: infertilidades e práticas de saúde em um serviço público no Rio de Janeiro. 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <<https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/4074/1/Bianca%20Alfano%20Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2025.

AMARAL, B. F.; FRAYMAN, L.; RIOS, M. C. Toxicidade e violência entre mulheres: um estudo exploratório das vivências abusivas em casais lésbicos. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 10, p. e3291, 2023. Disponível em: <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3291>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ASSUNÇÃO, S. J. de. Nossos passos vêm de longe: percursos feministas de negras e lésbicas. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá/MT, v. 5, n. 18, p. 75-105, 2022. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/14655>>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 69-86.

BRAGA, T. S.; CORATO, C. Lesbianidades Negras: da invisibilidade à luta por políticas públicas. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá/MT, v. 4, n. 15, p. 81-109, set./dez. 2021. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index81>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRUNETTO, D.; TAGLIAMENTO, G. (orgs.). **Arco-íris para quem?** (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas. Curitiba: UFPR, 2021. 189 p. Disponível em: <https://static.s123-cdn-static-c.com/uploads/2539873/normal_6133b95a1ae58.pdf>. Acesso em: 04 abril 2025.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 218p.

CARVALHO, F. N.; SCHUCMAN, L. V. A contribuição dos estudos críticos da branquitude para compreensão do preconceito racial na psicologia social. **Quaderns de Psicologia**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. e1760, 2022. Disponível em: <<https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v24-n1-carvalho-schucman>>. Acesso em: 12 abr. 2025.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. 288p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999** - Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. 1999. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF: CFP, 2019. 220 p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CFP_TentativasAniquilamento_WEB_FINAL.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

COSTA, C. A.; GONÇALVES, C. dos S.; OLIVEIRA, V. F. de. Somos muitas e somos diversas: visibilidade das experiências lésbicas plurais. **Periódicus**, Salvador/BA, v. 1, n. 17, p. 189-208, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/45686>>. Acesso em: 04 mar. 2025.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 mar. 2025.

FALQUET, J. Romper o tabu da homossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano VI, n. 5, p. 9-31, dez. 2012. Disponível em: <<https://julesfalquet.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-homossexualidade.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas** (1980). Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194p.

FATUMMA, D. **Lesbiandade**. São Paulo: Jandaíra, 2023. 228p. Coleção Feminismos Plurais.

GONÇALVES, J. A.; CARVALHO, A. R. R. F. de. Lesbianidade e Psicologia na contemporaneidade. **Gênero**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 135-156, nov. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/38495/22068>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GROSFOGUEL, R. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. São Paulo, **Ciência e Cultura**, v. 59, n. 2, p., abr./jun. 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015>. Acesso em: 04 abr. 2025.

GUIMARÃES, M. C.; ZANELLO, V. Enciumar(-se), experiência feminina? Dilemas narcísicos sob a ótica interseccional de gênero. **Revista de Psicologia**, Lima/PE, v. 40, n. 2, p. 1133-1174, 2022. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8827691.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

HILÁRIO, L. C.; LIMA, S. H. R. Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 35, p. e277075, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/BSyMmBjKQNTZpY68BNWpbLh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 abr. 2025.

KUMPERA, J. A. M. Lesbianidade e Branquitude. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá/MT, v. 2, n. 8, p. 136-145, out./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10172>>. Acesso em: 04 abr. 2025.

LINO, T. R. Nas fissuras da história: o movimento lésbico no Brasil. **MovimentAção**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 10-22, 2019. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/10547>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LORDE, A. **Irmã Outsider: ensaios e conferências** (1984). São Paulo: Autêntica, 2019. 240p.

LYRA, J. et al. Psicologia social e antirracismo: arte-fatos científicos desde caos-mundo. **PSICOLOGIA & SOCIEDADE**, v. 35, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v9z7XCSbCBWG6btXQMNS8Hm/?lang=pt#>. Acesso em: 04 abr. 2025.

MAIA, K. S.; TINOCO, P. R. A.; ZAMORA, M. H. N. A branquitude sob o olhar transdisciplinar das Psicologias Sociais Psicológica e Crítica. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 5840-5861, 2023. Disponível em: <<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/967>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MOUTINHO, L. **Razão, cor e desejo**. São Paulo: UNESP, 2004. 450p.

NASCIMENTO, A. C. A. do. **Amores e erotismos entre mulheres pelos fios da linguagem: uma análise crítica da Grécia Antiga articulada à contemporaneidade**. 2023. 48f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/40197?_ga=2.130514764.2112246710.1744749567-1958207589.1641861462&_gl=1*_nc14wb*_gcl_au*MTc3MDE5MTU3Ni4xNzQ0NzQ5NTY2*_ga*MTk1ODIwNzU4OS4xNjQxODYxNDYy*_ga_7TLT3WSQHR*MTc0NDc0OTU2Ni4yNi4xLjE3NDQ3NDk1ODkuMzcuMC4w>. Acesso em: 23 mar. 2025.

OLIVEIRA, E. C. S.; BATTISTELLI, B. M.; RODRIGUES, L.; CRUZ, L. R. da. Raça e Política de Assistência Social: produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília/DF, v. 39, n. espec. 2, p. 141-152, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218131/001121427.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 87-95.

POLIDORO, M. et al. Mulheres lésbicas e violência: análise das notificações de violência no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá/MT, v. 3, n. 11, p. 46-61, 2021. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/11104>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PONTES, M. F. Inovações, reproduções e produções das famílias de mães lésbicas: uma revisão bibliográfica. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul/SC, v. 3, n. 2, jul./dez. 2019, p. 35-54. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/13472/8248>>. Acesso em: 06 abr. 2025.

RAMOS, M. R.; CARVALHO, L. L. “Todos têm a mesma cor”? Um levantamento sobre a produção científica da psicologia brasileira sobre branquitude. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 1-19, 2022a. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/62808>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

RAMOS, M. R.; CARVALHO, L. L. A cor da psicologia: um estudo sobre o Estado da Arte da psicologia sobre branquitude. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 403-420, 2022b. DOI: [10.14393/REPOD-v11n1a2022-64917](https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64917). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64917>. Acesso em: 10 mai. 2025

RAMOS, C. N.; PAULON, S. M. Problematizações éticas, estéticas e políticas à branquitude como categoria de análise para Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 35, p. e277145,

2023. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/JLLjhmMbcLpzMV7dqJkrkCg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

REIS, K. C. T. dos; LOPES, M. Visibilidade lésbica: existência como resistência. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 7, n. 14, p. 249-264, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/9060/7802>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e Existência Lésbica & outros ensaios** (1980). Rio de Janeiro: A Bolha, 2019. 164p.

ROMAGNOLI, R. C. Psicologia Brasileira e Políticas Públicas: capturas e resistências. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília/DF, v. 42, n. spec., p. 1-12, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/qKPm3yPzNbJY3j6HMhmjbwk/>>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SALES, C. A invisibilidade da influência colonial na formação da identidade social brasileira: mediações psicanalíticas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 1091-1111, 2023. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/79279>>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SANTOS, N. C. R. dos; FREITAS, R. de C. S. Particularidades da violência nos relacionamentos lésbicos. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 2, n. 02, p. 193-214, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/894>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SCHUCMAN, L. V. “Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo” - Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SCHUCMAN, L. V. **Famílias Inter-raciais: tensões entre cor e amor**. São Paulo: Fósforo, 2023. 144p.

SILVA, L. M. P. da; SILVA, G. W. da; SILVA, M. S. da; CARDOSO, M. D.; SANTOS, T. M. B. dos; BESERRA, M. A. Violência em relacionamentos homoafetivos entre adolescentes. **Cogitare Enfermagem**, v. 29, e92246, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cenf/a/X9cVpvGfm3xSKchHsPGkbnw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SOUSA, E. B. O amor tem cor? Uma análise da branquitude através da autoetnografia de uma relação lésbica inter-racial. In: BRUNETTO, D.; TAGLIAMENTO, G. (orgs.). **Arco-íris para quem?** (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas. Curitiba: UFPR, 2021. p. 11-25.

SOUZA, E. B.; FIGUEIREDO, A. “Branca é lésbica e preta é sapatona. Oh o erro?!”: Um estudo sobre mulheres negras lésbicas e sapatonas em um bairro de Salvador/BA. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 8, n. 4, p. 6-27, jun. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/51679/28516>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social**. 3. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, M. C. G.; LIMA, P. M. R. de. **Identidades e discursos: a construção discursiva da lesbianidade**. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 285-303, ago. 2021. Disponível

em:<<https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/view/22690/20804>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

TOMBOLATO, M. A.; MAIA, A. C. B.; SANTOS, M. A. dos. A trajetória de adoção de uma criança por um casal de lésbicas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 35, p. e3546, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/RzryhbN4G7yqgrWJywtwjbh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 abr. 2025.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2019. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-_2019_.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025

APÊNDICES

TABELA 1	
Palavras - Chave	Resultados
Psicologia e relacionamentos inter-raciais	0
Psicologia e relacionamentos interracialais	0
Relacionamentos inter-raciais	7
Interracialidade	0
Relacionamentos Interracialais	3
Psicologia e raça e relacionamentos	8
Psicologia e racismo e relacionamentos amorosos	0
Psicologia e racismo e relacionamentos	2
Psicologia e branquitude e relacionamentos	0
Lésbicas e interracialidade	0
Lésbicas e inter-racialidade	0
Psicologia e relacionamentos lésbicos	1

TABELA 2	
Nome da pesquisa	Ano de publicação
Violência em relacionamentos homoafetivos entre adolescentes	2024
Particularidades da violência nos relacionamentos lésbicos	2021
Toxicidade e violência entre mulheres: um estudo exploratório das vivências abusivas em casais lésbicos	2023

TABELA 3	
Palavras - chave	Resultados
Lésbicas e raça	47
Psicologia e branquitude	47
Psicologia e racismo e lésbicas	1
Psicologia e lésbicas	259
Psicologia e lesbianidades	18
Raça e sapatão	1
Psicologia e sapatão	0
Lésbicas e branquitude	2

TABELA 4	
Nome da pesquisa	Ano de publicação
Mulheres lésbicas e violência: análise das notificações de violência no Estado do Rio Grande do Sul	2021
Lesbianidades Negras: da invisibilidade à luta por políticas públicas	2021
Pensamento decolonial e interseccionalidade: um estudo psicossocial da ONG Raízes do Norte Goiano	2023
Branca é lésbica e preta é sapatona, oh o erro?!	2023
Visibilidade lésbica: existência como resistência	2020
Somos muitas e somos diversas	2022
Nossos passos vêm de longe: percursos feministas de negras e lésbicas	2022
Problematizações éticas, estéticas e políticas à branquitude como categoria de análise para psicologia social	2023
Raça e política de Assistência Social: produção de conhecimento em Psicologia Social	2019
A cor da psicologia: um estudo sobre o Estado da Arte da psicologia sobre branquitude	2022

TABELA 4	
Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra	2023
Todos têm a mesma cor?	2022
A branquitude sob o olhar transdisciplinar das psicologias sociais psicológica e crítica	2023
A contribuição dos estudos críticos da branquitude para compreensão do pre-conceito racial na psicologia social	2022
Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum	2020
Psicologia Brasileira e Políticas Públicas: Capturas e Resistências	2022
Psicologia Social e antirracismo: arte-fatos científicos desde caos-mundo	2023
A invisibilidade da influência colonial na formação da identidade social brasileira: mediações psicanalíticas	2023
Lesbianidade e psicologia na contemporaneidade: uma revisão sistemática	2019
Identities e discursos: a construção discursiva da lesbianidade	2021
Nas fissuras da história: o movimento lésbico no Brasil	2019
Inovações, reproduções e produções das famílias de mães lésbicas: uma revisão bibliográfica	2019
A banalidade e o extraordinário no cotidiano de filhas e filhos de mães lésbicas	2020
A trajetória de adoção de uma criança por um casal de lésbicas	2019
Dupla maternidade no Instagram: entre fotos, ativismo e parentesco	2019
Interseccionalidade, dor e empoderamento: As “preta-sapatão-feminista” do Sul	2021
Lesbianidade e Branquitude	2019